



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VII — N.º 67 — S. Paulo, DEZEMBRO DE 1962 — REDAÇÃO: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191, SALA 2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

## ANGOLA 62

## Juristas do Brasil à justiça de Salazar



Esta é a resposta dos nacionalistas à PACIFICAÇÃO salazarista: treinamento intensivo e organização de guerrilhas, para o prosseguimento de uma luta que só poderá terminar com a libertação de Angola.

PORTO (Do correspondente) — Um grupo de eminentes juristas brasileiros enviou ao presidente do Tribunal Plenario do Porto, desembargador Cunha Ferreira, um apelo pedindo a absolvição dos democratas que estão sendo julgados. O documento é do seguinte teor: "Os juristas brasileiros que ora se dirigem a V. Exa. têm na mais alta conta a liberdade de proceder do Poder Judiciario e as relações de fraternal estima entre o povo português e o povo brasileiro. Dentro desse espirito e certamente sem o mais leve proposito de intervir no funcionamento da Justiça Portuguesa, senão na medida em que sua atitude contribua a que ela se exerça em toda a sua grandeza, dirigem-se a V. Exa. e pedem transmita ao egregio Tribunal que preside as considerações a que se permitem, no que tange ao processo contra Jorge Manoel le Goullon Costante Pereira e outros. Pela impressão transmitida pelo dr. Sinval Palmeira, que esteve presente a duas audiências do processo em causa a situação jurídica se apresenta da seguinte forma:

Os reus foram presos preventivamente sob acusação de conspiração contra o Estado, no sentido de lhe mudar por meios violentos a forma do governo. Perante a Policia Política, no inquerito, diversos acusados confessaram sua participação nos fatos apontados como delictuosos e ainda envolveram outros, também denunciados no mesmo processo. Os reus ouvidos por V. Exa. negaram as confissões, que disseram obtidas sob tortura, chegando a pormenorizar o tipo de tortura, a chamada "estátua".

Não há testemunhas de acusação nem de defesa. Não há prova na instrução judicial. A simples confissão na policia, negada em juizo, poderá conduzir alguém a condenação?

No processo contraditorio a propria confissão livremente feita não é prova bastante contra outras evidencias ou ausencia de qualquer elemento outro de convicção.

Por tudo isso é que os juristas brasileiros, com o maior respeito ao Tribunal que V. Exa. preside e ao Ministerio Publico, na pessoa do dr. Ajudante, pedem venia para formular esse apelo pela absolvição dos acusados, pedindo a V. Exa. considere tal apelo peça de defesa, em nome dos melhores principios informadores da Comunidade Luso-Brasileira.

Ao dr. Sinval Palmeira, observador do processo, como ao advogado inglês Mr. Payne, causou dolorosa impressão, em particular, a situação do casal arquiteto Lobão Vital e engenheira Virginia Moura, acusados pelo réu Andrade, o qual, perante V. Exa. negou toda a responsabilidade de ambos, afirmando enfaticamente que a PIDE o forçara àquela falsa imputação. Ocorre, porem, sr. desembargador, que tais pessoas têm saude comprometida, particularmente o marido, que já sofreu um enfarto do miocardio na propria prisão. E estão presos há seis meses.

Aos juristas brasileiros que formulam este apelo ao Tribunal Plenario do Porto não move qualquer proposito de censura politica ao Governo Português nem muito menos de pressão da opinião publica internacional sobre o egregio Tribunal Plenario. Procedem como juristas de lingua portuguesa, herdeiros das melhores tradições de saber juridico dos velhos classicos do direito português.

Queira V. Exa. aceitar a expressão do nosso maior respeito, e a esperança de que a Justiça será feita.

Assinam o documento as seguintes personalidades:

Henrique Fialho, desembargador do Tribunal de Justiça da Guanabara e vice-presidente da Associação Internacional de Juristas Democratas; Max da Costa Santos, professor de Direito, deputado e presidente da Associação Brasileira de Juristas Democratas; Osny Duarte Pereira, juiz criminal; Sinval Palmeira, advogado, deputado e procurador autarquico; Alfredo Tranjan, criminalista; Maria Werneck de Castro, procuradora na Caixa Economica Federal; Luiz Werneck de Castro, advogado; Oscar Argolo, presidente da Camara de Comercio Exterior; Nilza Santos, advogada; João Rodrigues Nou, consultor juridico do Vale do São Francisco; Betze de Barros, diretora da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho; Cidonir de Carvalho Sousa, procurador do Instituto Nacional do Café; Ana Brito da Rocha Acker, juiz do Trabalho; e Mario Goulart, advogado.

# ANISTIA

A Conferência da Europa Ocidental pela Anistia para os presos e exilados politicos portugueses que deverá realizar-se a 15 e 16 de Dezembro é mais um ponto alto da luta pela redemocratização de Portugal.

Pela importancia e o numero de personalidades que reunirá, pelo fato de serem essas personalidades o que de melhor e mais representativo, fora da esfera oficial, existe, nos países mais importantes da Europa Ocidental, a Conferência de Paris está destinada a transformar-se numa base sólida e duradoura para o combate contra as arbitrariedades salazaristas e pela anistia para os presos e exilados politicos portugueses.

Encontram-se ainda, mesmo em alguns setores esclarecidos da oposição, incompreensões sobre a importancia da opinião publica mundial. Certamente, esta Conferência poderá pelos seus frutos desfazê-las e mostrar quanto é essencial e fundamental, para os portugueses que se encontram exilados e para aqueles que lá dentro sofrem diretamente e diariamente

o impacto da ditadura, a expressão da solidariedade internacional, a ajuda desinteressada dos povos de outros países que, tendo os seus próprios problemas, se dispõem a protestar contra as prepotências do regime fascista português.

Tempos passados foram aqueles em que os esbirros salazaristas podiam exercitar-se, podiam prender, torturar e matar os patriotas que mais se destacavam na luta anti-fascista, acobertados pela censura, pelo segredo das noticias filtradas.

Tempos passados foram aqueles em que até os advogados de defesa eram arbitrariamente impedidos de defender os seus constituintes, ameaçados de prisão e mesmo presos, quando insistiam.

A luta contra a repressão salazarista que cresceu e se engrandeceu dentro de Portugal assume hoje proporções mundiais. A importancia dessa luta, o seu carater profundamente humanitário e democrático, farão da Conferência de Paris mais um marco no caminho da libertação do povo português.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

Passaporte para  
o Gen. Delgado

VER PAGINA 2



# Passaporte para Delgado

O General Humberto Delgado deverá comparecer, como convidado especial, à próxima Conferência da Europa Ocidental em favor da anistia dos nossos presos políticos.

Para a sua saída do Brasil precisava, evidentemente, de passaporte brasileiro, que requereu à autoridade competente.

Sucedeu, no entanto, que por um mal entendido inicial, o passaporte começou por ser recusado.

O General dirigiu-se imediatamente ao primeiro-ministro e chanceler, Prof. Hermes Lima, a quem numa longa e bem fundamentada exposição, lembrou que a Conferência Europeia se insere na mesma linha de assembleias internacionais iniciadas com a I. Conferência em prol da anistia realizada em São Paulo, em janeiro de 1960, com a autorização do governo brasileiro de então.

Entretanto, no sentido da decisão favorável do Itamarati, movimentaram-se os mais largos setores da opinião pública brasileira.

## Pronuncia-se Alvaro Lins

O Embaixador Alvaro Lins, ouvido pela imprensa no dia 20 de novembro, declarou que o Itamarati só tinha um caminho a seguir, que era o da concessão do passaporte, e fez um apelo ao primeiro-ministro no sentido de que consultasse, antes de qualquer decisão, o art. 10.º do tratado sobre asilo, firmado pelo Brasil em março de 1954, que diz textualmente: "Os asilados políticos, a que se refere o artigo anterior, sempre que desejarem sair do território do país em que se encontram, comunicarão esse fato ao respectivo governo. A saída ser-lhe-á concedida, sob a condição de não se dirigirem ao país da sua procedência, mediante aviso ao país interessado".

Também a União Brasileira de Escritores dirigiu-se, por telegrama, ao Prof. Hermes Lima, solicitando a pronta satisfação do pedido do General Humberto Delgado.

## A solidariedade da imprensa

A imprensa, por seu turno, dedicou ao incidente uma especial atenção.

Assim, o jornal "Última Hora", na sua edição de São Paulo, destinou ao assunto o seu editorial de 21 de novembro, aproveitando para chamar a atenção, de novo, da opinião pública e das autoridades brasileiras para o clima de perseguição policial existente no nosso país. "Há mais de seis meses, encontram-se confinados na Embaixada Brasileira em Lisboa", — lê-se no editorial — "na verdade como prisioneiros perpétuos, dezessete cidadãos portugueses. Que faz o Itamarati para libertá-los? Os laços que nos unem à Portugal são mais do que diplomáticos. Temos dever de gratidão à nação portuguesa, não ao seu governo, que, mais dia menos dia, há de passar. Nossa obrigação para com o infelicitado povo lusitano é permanente. Sabe o Primeiro-Ministro que existem dezenas de casos, como o do ilustre economista José Hipólito dos Santos, que está sendo barbaramente espancado, rigorosamente incomunicável há quase dez meses? Se o General Humberto Delgado não pode sair do Brasil, que ao menos os asilados portugueses possam deixar o feudo salazarista, em nossa Embaixada. O sr. Negrão de Lima, certamente, não é o melhor advogado para isso. Mas acima dele existe a dignidade da nossa política exterior, a dignidade do Brasil perante o mundo e a consciência democrática do nosso povo, nossa solidariedade com a comunidade portuguesa".

O conhecido jornalista Isafas Gaminha, ocupando-se, no dia seguinte, do problema, dizia: "Por força da opinião pública, o nosso Ministério das Relações Exteriores exprimi e adotou uma nova política internacional, inclusive com respeito a Portugal, ou, melhor,

aos seus dirigentes". (...) "Até há pouco tempo — acrescentava — "nossa política era rígida, como a dos demais países latino-americanos, em submissão a determinada potência estrangeira. Hoje, quando temos nova orientação do Itamarati, não há mais razão para isso. Se os Estados Unidos e Inglaterra, por seus interesses, apoiam a ditadura salazarista, nada temos com isso".

No Rio de Janeiro, toda a grande imprensa, que, na sua grande maioria, é democrática e se encontra solidária com o povo português na sua luta de libertação contra o salazarismo, ocupou-se extensamente do assunto, especialmente os jornais "Diário de Notícias", "Última Hora", "A Notícia" que lhe dedicaram as suas primeiras paginas.

## Um telegrama da UDP

Quanto aos meios portugueses do Brasil, a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, reunida propositadamente para apreciar a situação, enviou, no dia 19 de novembro, um telegrama ao primeiro-ministro, que é do teor seguinte: "Tendo tomado conhecimento de que as autoridades competentes teriam recusado a concessão de passaporte ao General Humberto Delgado, a U.D.P., interpretando o sentimento da imensa maioria do povo de Portugal, vem junto de V. Exa. solicitar sejam concedidas pelo Itamarati àquele líder democrático português as facilidades indispensáveis para que, como qualquer cidadão, possa sair do país devidamente documentado. A projetada viagem do General Delgado prende-se, segundo notícias vindas a público na imprensa, com a campanha internacional a favor dos presos políticos portugueses, o que não pode deixar de merecer a atenção de um jurista eminente como V. Exa. sempre atento aos problemas de caráter humanitário e preocupado com a defesa dos direitos do Homem. Antecipadamente reconhecidos pela pronta solução que dá a um caso que neste momento interessa a todos os democratas portugueses, apresentamos a V. Exa. os protestos da nossa mais elevada consideração e os nossos melhores cumprimentos."

Quando a opinião pública de um país se compromete, através do que melhor comporta, na defesa de uma causa com o denodo com que neste país foi defendida a concessão do passaporte ao General Humberto Delgado, podemos estar seguros de que essa causa acabará sempre por triunfar.

Foi isso mesmo que, mais esta vez sucedeu, com a concessão final do passaporte requerido pelo General Humberto Delgado, munido do qual o líder oposicionista se poderá deslocar livremente ao estrangeiro.

## Demitido o Professor Magalhães Godinho

Em consequência de uma carta dirigida ao diretor do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, por ocasião das greves académicas da primavera passada, e na qual verberava o procedimento das autoridades fascistas, o prof. Magalhães Godinho, foi pura e simplesmente demitido das suas funções de catedrático daquele estabelecimento de ensino. O acordão do Conselho Superior de Disciplina do Ultramar que sancionou a demissão é um documento tipicamente fascista. Entre outras enormidades afirmam os signatários que o funcionalismo civil nos serviços ligados ao Ultramar deve estar sujeito a uma rígida disciplina militar...



Alferes Mário Moutinho de Pádua: depois de recusar-se a prosseguir na matança não só de nacionalistas africanos como de populações indefesas, denunciou publicamente os crimes das forças colonialistas.

## Uruguai com anti-salazaristas

O CINCO DE OUTUBRO foi comemorado, como nos anos anteriores pelos anti-salazaristas de Montevideu que contaram com a adesão franca e entusiástica de grandes setores da população uruguaia.

Encerrando um variado programa, foi levada a efeito, na noite do dia 5, uma sessão solene presidida pela senhora Judith de Rama, dirigente da FRENTE DE IZQUERDA DE LIBERACIÓN, à qual compareceu grande número de



Mesa que presidiu à sessão comemorativa do CINCO DE OUTUBRO: um representante da CASA DE ESPAÑA, dois representantes do CENTRO REPUBLICANO ESPANHOL, a senhora Judith de Rama, Maria Luísa Neves e um representante da JUVENTUDE PORTUGUESA DO URUGUAI (da esquerda para a direita).

destacadas personalidades da vida política e cultural de Montevideu.

Usou da palavra, entre outros oradores, a nossa compatriota Maria Luísa da Silva Neves, presidente da AGRUPAÇÃO DOS PORTUGUESES DEMOCRATAS DO URUGUAI que enalteceu o significado da data comemorada, exprimindo a sua convicção na próxima libertação do povo português.

Também em Montevideu foi comemorado no dia 12 de Outubro o DIA DA RAÇA, que é habitualmente um dia de festa popular, contando com ampla ocorrência de povo.

Foram dirigidos convites, à semelhança dos anos anteriores, ao embaixador espanhol e ao ministro de Portugal. Mas este ano, fora desencadeada na imprensa uma violenta campanha contra a presença do dois agentes fascistas, que se repercutiu em apupos pelas avenidas 18 de Julho e Rio Branco, aos regimes de Franco e Salazar e na larga distribuição de volantes reclamando, uns a libertação dos presos políticos de Espanha e Portugal e afirmando outros: "Nunca Portugal contou, efetivamente, em toda a sua história contemporânea com uma escola de banditismo profissional igual àquela que a guerra de Angola está a ser e nunca os seus efeitos poderiam ser mais perniciosos do que serão após a derrubada de Salazar. Os "viriatos" da guerra civil espanhola que quiseram continuar a sua CARREIRA no Portugal salazarista tiveram como única oportunidade a integração nos quadros da PIDE. Mas os

O ato comemorativo, que tem lugar tradicionalmente, junto do monumento do Libertador Artigas, na praça da INDEPENDENCIA, não reuniu, em consequência, uma décima parte do público costumado, pelo que este DIA DA RAÇA foi um solene repúdio, por parte do povo uruguaio, das duas ditaduras ibéricas.

# Os paraquedistas

MANUEL SERTÓRIO

O jornal "Última Hora", desta cidade, publicou recentemente vários excertos do diário de um oficial português destacado em Angola.

Trata-se do alferes Mario Moutinho de Pádua, hoje refugiado em Leopoldville, como desertor do Exército colonial de Salazar. O seu diário é um documento pavoroso, pela revelação de inúmeras atrocidades praticadas por oficiais e soldados portugueses em Angola, muitas delas para com negros indefesos, quer por terem sido aprisionados, quer por não serem guerrilheiros: mil e uma maneiras de perpetrar o assassinio, esquartejamentos, arrancamento de vísceras de cadáveres e corpos vivos, cabeças desfraldadas no topo de paus e de espadas.

Se a primeira impressão é de estupeção, um minuto de ponderação faz-nos considerar que atrocidades como estas têm sido cometidas em outros países e ocasiões, por outras gentes e em circunstâncias diferentes, estando HONROSAMENTE simbolizadas na ação dos para-quedistas franceses na Argélia. Os magarefes portugueses têm, até a ligeira atenuante de terem sido mitificados (os alfabetizados na escola e os analfabetos, os quartéis) por uma propaganda oficial e de se encontrarem necessariamente diminuídos (hoje em Angola como antes, em Portugal), pela censura aos meios de informação, na sua perspectiva de inteligibilidade histórica e social dos fatos terríveis de que participam.

A própria natureza desta guerra, sem um verdadeiro Exército nacionalista nem uma frente de batalha definida, propicia toda a espécie de barbaridades, já pelo caráter indiscriminado da perseguição dos inimigos já pelo tipo de CAÇA AO HOMEM de que ela simultaneamente se reveste.

Como uma guerra colonial é uma guerra que só pode terminar, na atualidade, com a completa libertação do povo que pega em armas para alcançá-la, o que se impõe é criar as condições necessárias para a rápida cessação deste conflito, pela única forma por que ela se pode operar: a auto-determinação dos angolanos.

Ora, a existência de oficiais e soldados capazes de praticarem as atrocidades relatadas pelo alferes Pádua é um poderoso fator contrário à cessação da guerra. Não é, assim, em nome de uma posição meramente emocional que a propagação da violência e do sadismo no Exército português precisa de ser detida. E a verdade é que esse trabalho só poderá ser efetuado pelos oficiais e soldados democráticos, cujo lugar, por isso, é nas fileiras do próprio Exército, em plena campanha angolana se para lá forem destacados, por mais justificável que seja — e sem dúvida o é —, no aspecto pessoal, o desejo de deserção.

Os oficiais e soldados democratas deverão organizar-se com fins de vigilância e propaganda, doutrinando pacientemente os seus camaradas sem consciência política — que por isso mesmo são presa fácil da propaganda e do exemplo dos ULTRAS —, a quem deverão explicar a impossibilidade de Portugal desenvolver com êxito uma política de defesa à mão armada de territórios que pela força da História estão destinados à independência e que a única política patriótica é acabar rapidamente com a sangueira humana, económica e financeira que a guerra representa, aplicando no fomento interno os valores humanos e materiais que estão sendo queimados a ferro e fogo.

É este trabalho de esclarecimento que deve conduzir a manifestações e a ações concretas a favor da Paz, mediante, inclusive, sublevações parciais e recusa de participação em ações ofensivas. E este é um dos caminhos principais que pode levar à Paz em Angola.

Que a Paz é tão necessária ao povo português como ao povo de Angola, é ainda o caso dos PARA-QUEDISTAS portugueses que o ilustra perfeitamente.

Terminada a guerra de Angola, por uma forma ou por outra e mais próxima ou menos proximamente, o regresso dos oficiais e soldados-facínoras para o Portugal democrático que simultaneamente com a Paz há-de surgir, levantará problemas muito graves para a reconstrução democrática do nosso país. Nunca Portugal contou, efetivamente, em toda a sua história contemporânea com uma escola de banditismo profissional igual àquela que a guerra de Angola está a ser e nunca os seus efeitos poderiam ser mais perniciosos do que serão após a derrubada de Salazar. Os "viriatos" da guerra civil espanhola que quiseram continuar a sua CARREIRA no Portugal salazarista tiveram como única oportunidade a integração nos quadros da PIDE. Mas os

PARA-QUEDISTAS de Angola, ao regressarem a um Portugal livre que buscará na liberdade o seu novo caminho, contarão para a sua ação com um campo incomparavelmente mais vasto do que as sedes e cárceres da PIDE que será o país inteiro.

O EXERCÍTO SECRETO da contra-revolução portuguesa serão eles, isto é: eles e as forças monopolistas que tudo farão, sem sombra de dúvida, para sobreviver ao salazarismo, engatilhando a contra-revolução nas bazukas dos PARA-QUEDISTAS.

O terrorismo político, que desapareceu de Portugal há perto de 30 anos (numa altura em que só poderia dizer-se de esquerda) pelo progressivo debilitamento do anarco-sindicalismo, poderá ver-se ressuscitado, de um dia para o outro, por um novo terrorismo de extrema-direita, visando a provocar o descrédito de novas instituições e a perturbar qualquer obra séria de reconstrução e democratização da sociedade portuguesa.

Claro que para todo o veneno existe um antídoto e o deste será a ação esclarecida e enérgica das massas populares e das suas associações sindicais-partidárias, cooperativas e estudantis, em defesa ativa da Democracia e da marcha para o Socialismo, impedindo a repetição das pseudo INGENUIDADES do regime republicano de 1910.

Mas o que acima de tudo se torna evidente é que quanto mais tempo durar a guerra angolana maior é o perigo futuro (para não insistir no do presente) que para a nação representam os PARA-QUEDISTAS de Angola.

Tanto chega, se mais não houvesse, para concluir-se que a luta pela Paz e pela auto-determinação de Angola é uma luta não só do povo angolano como também do povo português. O fim rápido da guerra será, assim, além do mais a paz social no Portugal de amanhã.

## NATAL DO PRESO POLITICO

Aproxima-se mais um Natal. A quadra é festiva para quantos podem festejar as tradicionais noites de 24 a 31 de Dezembro em família e em liberdade. Mas não o é para aqueles que sacrificaram a sua liberdade pessoal em defesa da liberdade do povo português. Esses, no silêncio dos presídios salazaristas, sentem, agora mais do que nunca, a sua solidão. É preciso que lhes façamos saber que não estão sós, que em todo o mundo, como em Portugal, há compatriotas que para eles se voltam em pensamento na quadra das festas familiares.

PORTUGAL DEMOCRATICO, como em anos anteriores, declara aberta nas suas colunas uma subscrição a favor do Preso Político. As vítimas da PIDE precisam do nosso auxílio, moral e material. Não lhes podemos faltar com a nossa solidariedade. Por isso esperamos que cada um dos nossos leitores, de acordo com as suas possibilidades não se esqueça de contribuir para essa campanha. Damos, a seguir a lista dos donativos já recebidos:

Comissão coordenadora pró-Anistia dos Presos e Exilados.	
Políticos da Espanha e Portugal	14.000,00
PORTUGAL DEMOCRATICO	5.000,00
Fernando Ramos	1.000,00
Manuel Moura	1.000,00
Lénine Alexandre	1.000,00
M.A.	1.000,00
Armindo de Azevedo	10.000,00
Manuel Rocheta	5.000,00
Maria Cecília Rui de Araujo	2.000,00
Luiz Ferreira	1.000,00
César Teles	1.000,00
Júlio César	1.000,00
Joaquim Freitas	500,00
A transportar	43.500,00



# Notas e comentários

## Salazarismo sem Salazar!

Segundo notícia proveniente de Londres e digna de todo o crédito, o governo de Salazar pagou uma enorme soma à conhecida empresa de publicidade "Savage & Lee", da capital britânica para esta lançar na Grã-Bretanha e em todo o mundo uma campanha destinada a criar uma imagem favorável do regime salazarista e da sua política colonial.

Como primeiro resultado desta campanha publicitária, começada já a desenvolver no melhor estilo comercial, um deputado conservador e outro trabalhista aceitaram convites para visitar Portugal e colónias. O segundo destes membros dos Comuns, sr. William Owen, teria declarado em Lourenço Marques, segundo "O Século" de 18 de junho p.p. que "o que viria era um exemplo único no mundo de integração racial; que tudo estava sendo perfeitamente organizado; que as escolas e cooperativas (!!!) revelavam um alto nível de ensino e de labor económico. E que Angola tinha sido pacificada".

Consta também que porta-vozes do governo britânico prevêm para breve a substituição de Salazar, na chefia do governo português, por Adriano Moreira, o qual procederia a determinadas reformas sociais e económicas, mas sem conceder ao país qualquer espécie de liberdade política nem de imprensa. Segundo os mesmos porta-vozes o governo britânico estaria observando uma favorável expectativa perante a evolução salazarista da situação política portuguesa sendo de opinião que as potências ocidentais não devem criar dificuldades ao regime português, pois este estaria efetuando uma experiência muito interessante (!) e precisava de vultosos capitais para os investimentos necessários, os quais lhe não deviam ser negados do Exterior. M. S.

## Subversão ou abertura?

Já aqui nos referimos a um livro recente de um antigo deputado da Assembleia Nacional, Homem de Melo (Conde de Agueda), prefaciado pelo ex-presidente Craveiro Lopes, contendo uma crítica frontal à política colonial do governo de Salazar.

A obra, que acabamos agora de ler e se intitula "Portugal, o Ultramar e o Futuro", de que, não obstante apreendida inicialmente pela PIDE, se venderam rapidamente 17 mil exemplares, reflete o ponto de vista de um largo setor da classe média portuguesa segundo o qual a cega e obsecada ação colonial de Salazar deve dar lugar quanto antes a uma política de preparação dos povos coloniais para uma futura e inelutável fase do governo próprio.

Note-se que este setor está longe, pelo menos por ora, de qualquer extremismo como seria o reconhecimento puro e simples do direito incondicional à independência imediata por parte dos povos das colónias portuguesas.

Não é, no entanto, por acaso que um ex-deputado monárquico e católico e um homem como Craveiro Lopes se encarregaram de vir mostrar a muitos opositores tímidos e confusos que o povo português não teme a perda das colónias.

A compreensão da condenação histórica ao malogro de uma ação militar capaz de conservar indefinidamente o statu quo colonial generalizou-se, pode dizer-se, a todas as camadas sociais da população portuguesa.

Assistimos, com efeito, ao engrossamento constante, por parte de recentes ex-salazaristas, daquela posição centrada da Oposição clássica, caracterizada pelo desejo da transigência em matéria colonial, não obstante as repetidas e publicitárias objurgatórias contra as organizações e dirigentes nacio-

nalistas, nomeadamente a UPA e o "Roberto dos Diabo" (sic).

No próprio setor salazarista ortodoxo as dúvidas e as hesitações vão sendo, cada vez maiores. Agora, foi a demissão compulsória (fim de Setembro) do governador-geral de Angola, general Venâncio Deslandes, substituído pelo governador de Cabo Verde. E, no aspecto das lucubrações doutrinárias, aguarda-se a todo o momento o resultado da recente remessa ao Conselho Ultramarino, para paucificar, da revisão da lei orgânica colonial, efetuada pelo ministro Adriano Moreira.

Ora, é perante a mobilidade oscilante deste centro político formado pela direita oposicionista e pela esquerda salazarista (passe o termo), que, diante também da patente falta de representatividade nacional de Salazar, a procura geral de uma saída para a atual conjuntura colonial se reveste de uma verdadeira dramaticidade, nela residindo em grande parte a solução simultânea do problema português: saída por subversão ou saída por uma abertura do próprio sistema, que os fatos continuam provando ser impossível.

Só a esquerda pode ter a palavra. M. S.

## Os escravos de Salazar

A conhecida revista "Política & Negócios", que exprime as ideias e as posições de um amplo setor da grande indústria e do comércio brasileiros, publicou num dos seus últimos números um elucidativo artigo sobre a política colonial portuguesa, em que são desmascarados os processos do trabalho escravo e denunciada a ignóbil política de discriminação racial praticada em Angola. Acompanha o artigo uma foto de Salazar, que tem em baixo uma legenda expressiva do homem: NEGRO É GENTE?

Não agradou pelo visto a divulgação dessas verdades ao pasquim salazarista "Voz de Portugal", mais conhecido no Brasil como "A Voz do Dono". Insurgiram-se os redatores da abjecta fôlha contra "Política e Negócios" e com tanta insolência e má fé que a conhecida revista se viu forçada a replicar às baboseiras do semanário fascista com um artigo intitulado "Resposta aos Hipocritas" onde, para "refrescar a memória da camarilha", o problema de Angola é tratado outra vez, de modo a desmascarar ainda mais completamente as práticas do trabalho escravo e o caráter totalmente negativo da política colonialista de Salazar. Promete PN voltar ao assunto. E isso deve ser particularmente desagradável para a Embaixada de Portugal e jornais dela dependentes, pois um dos principais acionistas da revista é o próprio sr. Juscelino Kubitschek, exaltado em todos os tons pela propaganda fascista portuguesa.

## A situação na Guiné

Reproduzimos a seguir os passos mais importantes do relatório apresentado à Comissão de Inquérito das N. U. para as Colónias Portuguesas pelo Movimento de Libertação da Guiné:

"A situação atual na Guiné dita Portuguesa é a do terror, consequência dos acontecimentos dos últimos anos.

A resistência do nosso povo à dominação colonial jamais deixou de manifestar-se sob diversas formas: revoltas resistências passivas, emigração em massa para os países vizinhos e, como no caso dos nossos irmãos Bijagós da ilha Kaniabake, recusa total, até ao presente, de pagamento do imposto indígena, que simboliza a chamada soberania portuguesa. ....

Disse um escritor português que "na Guiné é raro passar um ano sem que haja lugar a uma operação militar, por vezes mais do que uma contra as mesmas populações". (...)

"Para fazer face à arremetida, cada vez mais poderosa, das forças nacionalistas, os colonialistas portugueses reforçaram febrilmente os efetivos das suas tropas coloniais. Milhares de africanos foram integrados à força no exército colonial. Novos contingentes de soldados europeus, entre os quais se conta um grupo de paraquedistas, vieram juntar-se à guarnição já existente. Atualmente, os efetivos das tropas europeias ultrapassam 6.000 homens e aguardam-se novos reforços provenientes dos contingentes de Goa. Bases militares e aeroportos foram construídos nos principais centros. Três navios de guerra e doze aviões de reação permanecem na Guiné.

Toda a reivindicação ou manifestação nacionalista é reprimida pelas armas. Foi assim que em 3 de agosto de 1959 uma pacífica reivindicação de melhoria salarial, organizada pelos estivadores de Bissau foi acolhida pelos colonialistas portugueses com uma repressão sangrenta, tendo sido massacrada, em alguns minutos, meia centena de trabalhadores.

Embora preparando-nos para o pior, nós sempre procuramos, e procuramos ainda pelos pacíficos para a solução do problema colonial no nosso país. Dirigimos ao governo português propostas concretas para a substituição amigável do regime colonial no nosso país. Como resposta, foram, no entanto, enviados novos contingentes de tropas, tanques, aviões e navios de guerra e foi levado ao máximo o barbaro regime de opressão existente.

As tropas fazem frequentemente demonstrações de força com carros de combate, aviões de reação, bombas de napalm, para aterrorizar os africanos.

Um clima de suspeição instalou-se na Guiné. Com os nervos arrastados, os colonialistas portugueses prendem e matam africanos a torto e a direito. Algumas pessoas foram presas por haverem assobiado canções "suspeitas". O simples fato de escutar as emissões de rádio da República da Guiné constitui crime, punido pela apreensão do aparelho receptor e pela detenção do seu proprietário.

Os cárceres, mesmo a prisão alfandegária existente em Mansão, estão cheias dos nossos compatriotas. São numerosos os que sucumbem às torturas e aos maus tratos. Vários nacionalistas foram liquidados com injeções durante o seu internamento hospitalar. Outros foram queimados vivos no campo de concentração do Tite, para que não se desperdiçassem as munições com eles, ou lançados no alto mar, em sacos com pesos.

Foi criada uma milícia em todos os centros importantes da qual fazem parte europeus e alguns africanos "civilizados", a maior parte compellidos. Estão armados até os dentes e têm ordem para atirarem sobre os africanos ao menor gesto destes. O africano encontrado na rua depois das 21 horas é pura e simplesmente abatido". (...)

"É de salientar que nós sabemos perfeitamente que Portugal, país fraco e subdesenvolvido, de próprio semi-colônia, cuja situação interior é das mais lamentáveis, não poderia manter, sem auxílio exterior, uma guerra colonial, por mais breve que ela fosse". (...)

"Encontram-se já na Guiné tropas espanholas. Outros países fornecem armamento ou dinheiro ou encarregam-se de reduzir a nada os esforços dos países amantes da Paz e da Liberdade na sua luta para a libertação dos nossos povos.

Esta é a razão porque denunciámos mais uma vez o auxílio moral e material concedido a Portugal por certas potências membros da O.T.A.N.". (...)

"Nós desejamos a nossa Liberdade incondicional, a independência total e imediata da Guiné dita portuguesa para a paz e o bem-estar do nosso povo.

Não somos inimigos de ninguém, de nenhum povo do mundo. O que queremos é liquidar, definitivamente, um regime odioso e anacrónico que já durou demasiado.

A semelhança de todos os povos do mundo, nós queremos ser senhores de nós mesmos.

Para atingir esse objetivo, todas as nossas esperanças repousam na

Organização das Nações Unidas, na qual continuamos a confiar no sentido dela conduzir os países que protegem Portugal ao caminho da razão e ao da revisão da sua atitude hostil às legítimas aspirações dos povos africanos". (...)

"E, enfim, com toda a confiança que esperamos da Organização internacional medidas eficazes e imediatas para a liquidação urgente e pacífica do regime colonial português".

### APELO

Mais recentemente, o M.L.G. emitiu o seguinte comunicado:

"Na véspera da abertura da 17.ª sessão da Assembleia Geral das N.U., no curso da qual o problema colonial será definitivamente regulado, o governo português, sabendo-se previamente condenado, em lugar de procurar uma solução conciliatória, decidiu redobrar as suas práticas barbas e inumanas de repressão contra o povo da Guiné dita portuguesa.

Aldeias inteiras têm sido destruídas, muitos nacionalistas foram assassinados queimados vivos em campos de concentração ou lança-

dos no alto mar em sacos com pesos. Centenas de africanos têm sido massacrados pelos colonialistas.

Durante o mês de agosto último, mais de cem pessoas procuraram asilo na República da Guiné, enquanto que cerca de 10 mil se refugiaram no Senegal. Na sua fuga, estas infelizes vítimas de um regime arcaico abandonaram tudo, as suas famílias e os seus bens, pondo-se a salvo através das florestas e dos pantanos em condições muito penosas e na mais completa miséria.

Diante do recrudescimento de métodos brutais de repressão empregados pelos colonialistas portugueses esses carrascos de populações africanas nós colocamos a pergunta: até quando os países ditos civilizados, amantes da Paz, da Liberdade e da Justiça, assistirão impassíveis ao extermínio sistemático de um povo sem defesa, que não quer outra coisa senão a sua Liberdade, à semelhança de todos os outros povos do mundo?

Conakry, 15 de setembro de 1962. Pelo Comité Diretivo do M.L.G. O Responsável pela Política e pelos Negócios Exteriores, a) ADRIANO ARAUJO."

## Degradação da situação económica portuguesa

Publicamos abaixo a continuação do trabalho do conhecido economista RAMOS DA COSTA, cuja primeira parte veio publicada no nosso numero de outubro.

### II — MITO DO ESCUDO FORTE E DUMA ECONOMIA EQUILIBRADA

Quando em 1928 Salazar ascendeu ao poder, de principio como ministro das finanças, e já então impondo poderes interventores na política dos demais ministérios, a pretexto de sanear e disciplinar as normas da contabilidade pública e controlar rigorosamente a despesa, para realizar o seu objetivo máximo: o equilíbrio orçamental, que o interregno de dois anos de governos de ditadura militar (1926-1928), havia agravado extraordinariamente, e depois como presidente do conselho e de fato ditador absoluto do país. Se no plano político foi o período em que exerceu de fato o poder mais descriçionalmente (1928-1933) pois estiveram suspensas todas as liberdades do cidadão, as prisões repletas e os Tribunais Militares Especiais julgavam com a maior severidade todos os delitos de opinião discordante e oposição ao regime; no plano financeiro, com base numa política de restrição de despesas que havia de atingir e amputar estruturalmente o progresso económico e cultural do país, disciplinando e ordenando rigorosamente a despesa pública e recorrendo ao crédito por meio de empréstimos que eram contabilizados orçamentalmente como receitas, mas como tinha o apoio incondicional da Alta Finança confiada que a proteção dos seus privilégios era bem acolhida assim logrou Salazar obter o equilíbrio do orçamento e estabilizar a cotação do escudo no mercado mundial.

Com este "atout" duma política financeira que embora castrando o desenvolvimento económico e social do país, tinha o atrativo da ordem e da estabilidade numa conjuntura histórica particularmente sensível a estes valores (choque da crise económica de 1929, advento e estabilização do fascismo em Itália, erupção de Hitler na Alemanha, crise da democracia liberal europeia, etc.), Salazar apoiado no Exército, na Igreja e na Alta Finança, lançou-se na estruturação do poder totalitário por meio do sofisma duma constituição plebiscitada com 99 por cento de votos porque os opositores ausentes eram contados como votos a favor.

A constituição de 1933 consigna no seu texto liberdades teóricas que ficaram dependentes de decretos leis que haveriam no futuro de regularizá-las, mas estes decretos, hoje, passados trinta anos, continuam a ser letra morta e das liberdades constitucionais o povo português apenas conhece na sua carne e no seu sangue as consequências de as reclamar: prisões, campos de concentração, torturas, assassinatos pela PIDE, suicídios provocados pela incapacidade de resistência aos suplicios dos discipulos da Inquisição.

No plano económico a constituição de 1933 consagrava, na generalidade, os termos dum dirigismo corporativo que se propunha conciliar os interesses económicos e sociais antagonicos dos patrões e trabalhadores. Com este objetivo regulamentou-se a atividade económica com diplomas legislativos que definiram a orgânica dum esquema administrativo paraestatal (O ESTADO NOVO) que é em grande parte imitação do fascismo italiano. Em síntese: Os Gremios constituem as organizações patronais dos varios setores e ramos da atividade económica; os Sindicatos nacionais as organizações simétricas dos trabalhadores.

Os primeiros estabeleceram quotas quantitativamente graduadas e contingentes segundo a importância da atividade das empresas pre-existentes à data da fundação do gremio, deste se cristalizava a atividade do setor por meio dos privilégios adquiridos.

A direção era e é constituída pelos delegados das empresas mais importantes do ramo e por uma burocracia recrutada nos quadros políticos do fascismo português. Quando as assembleias gerais tem a veleidade de eleger corpos gerentes que não sejam persona grata ao regime (o que tem sucedido sempre com origem em fraudes e roubos) o governo põe o seu veto e as autoridades máximas corporativas e policiais impõem contra a decisão da assembleia as COMISSÕES ADMINISTRATIVAS da sua confiança.

Quanto aos Sindicatos Nacionais ou as assembleias não funcionam regularmente, ou no caso contrario, tornam-se instrumento de despesa política e policial. Seja qual for a decisão nelas tomada, esta fica sempre dependente da sanção do governo e da PIDE, por isso, dum modo geral, os trabalhadores ou por medo ou pelo conhecimento pratico da inutilidade da sua ação desertam delas para não correrem riscos.

As CORPORACOES que só recentemente foram instituídas e segundo a teoria deveriam constituir a cúpula do edificio corporativo, praticamente não têm papel importante na vida económica do país, representando apenas mais um encargo para a nação resultante do pagamento da sua burocracia inútil e ineficaz do ponto de vista económico e social. O papel que logicamente lhes devia ser atribuído foi desempenhado durante a guerra e nos anos que se seguiram pelos escandalosamente famosos Organismos de Coordenação Económica: COMISSOES REGULADORAS, JUNTAS, INSTITUTOS, etc. que controlam os principais setores da atividade económica do país constituindo as suas multiplas derramas: taxas e contribuições varias um imposto indireto sobre o consumo que onera os produtos e intervem frequentemente no circuito comercial, desempenhando paralelamente com as empresas funções distribuidoras. Esta intervenção tem sido a origem de grandes escândalos: cor-



Pela Paz e Pela Anistia

# H. Delgado e Ruy Gomes à União Interparlamentar

# Revolta nos quartéis

Na oportunidade da reunião em Brasília da 51.ª Conferência da União Interparlamentar, o general Humberto Delgado e o prof. Ruy Luis Gomes, enviaram ao presidente daquele conclave a seguinte mensagem:

"Os signatários, ex-candidatos à Presidência da República de Portugal, precisamente porque o seu país não tem um Parlamento legitimamente eleito, vêm junto de V. Exa. suprir a ausência de uma representação da opinião pública portuguesa na Conferência da União Interparlamentar, interpretando os sentimentos e as aspirações de um povo oprimido há 36 anos por um regime fascista.

Na hora grave que o mundo vive, manifestam à assembléa reunida em Brasília o seu integral apoio à resolução em defesa da Paz aprovada pela União Interparlamentar. Coerentes com essa posição, e considerando que a ditadura fascista existente em Portugal constitui uma ameaça à Paz mundial e é incompatível com os Princípios da Carta das Nações Unidas, solicitam a V. Exa. se dignar levar ao conhecimento dos delegados presentes à 51.ª Conferência, que endereçam, por seu intermédio, um apelo a todos os Parlamentares dos respectivos países para que:

- a) Combatam e denunciem a guerra colonial existente em Angola, exigindo a imediata suspensão das hostilidades e a abertura de negociações, de acordo com as deliberações da XVI Assembléa Geral das Nações Unidas e os interesses dos povos portugueses e angolano;
  - b) Manifestem o seu apoio à Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses que se realizará em Paris, a 15 e 16 de Dezembro próximo, conclave que será uma denúncia mundial das constantes violações dos Direitos do Homem perpetradas pelo governo fascista de Salazar.
- Certos de que este apelo será atendido por V. Exa. e pelos membros da 51.ª Conferência da União Interparlamentar, apresentam os seus respeitosos cumprimentos".

General Humberto Delgado  
Professor Ruy Luis Gomes

Cópias da mensagem, em francês foram distribuídas aos participantes da Conferência e enviadas à imprensa estrangeira.

## O documento enviado pela UDP

A Comissão Executiva da União Democrática Portuguesa aproveitou também a realização em Brasília da 51.ª Conferência da União Interparlamentar para enviar ao presidente daquele organismo uma mensagem que finaliza com um apelo. Lamentando que o povo português, oprimido pelo fascismo, não possa estar representado na União Interparlamentar, a UDP, depois de manifestar o seu apoio aos esforços feitos no sentido de que todos os problemas internacionais sejam resolvidos através de negociações pacíficas, declarou:

"Os democratas portugueses reconhecem o direito à auto-determinação dos povos e aderem aos Princípios da Carta das Nações Unidas que o atual governo português permanentemente atraiçoa. E quando os delegados de dezenas de países democráticos se encontram reunidos para discutirem problemas de maior interesse para o entendimento entre os povos, o povo português, pela voz dos democratas portugueses residentes no Brasil, tem a honra de solicitar dos delegados da União Interparlamentar,

que, considerando que os regimes fascistas ainda existentes no mundo são um perigo e constituem uma permanente ameaça ao enten-

dimento pacífico entre os povos e, considerando ainda, que o regime político vigente em Portugal é um regime de características fascistas que perturba a Paz mundial, não só mantendo uma guerra colonial em Angola com graves riscos de se estender a outras partes do mundo, mas ainda por subjugar o povo português que está impedido pela força e pela ação de uma polícia fascista de intervir na vida política do seu país.

recomendem aos seus respectivos Parlaentos, Organizações Partidárias, Sindicais e Estudantis dos seus países,

a) que prestem às forças democráticas portuguesas o apoio político e material necessário para que o povo português se liberte do regime fascista que o oprime;

b) que repudiem a guerra colonial de Angola, manifestando a sua convicção de que um regime democratico em Portugal saberia

encontrar a solução adequada ao problema colonial português, dentro dos princípios da Carta das Nações Unidas e do direito à auto-determinação dos povos;

c) que manifestem o seu inteiro apoio à Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses que se realizará em Paris de 15 a 16 de dezembro próximo, repudiando assim, os processos policiais utilizados pelo governo português que são atentatórios da dignidade humana."

No final lembram os signatários que uma resolução nesses termos da Assembléa Interparlamentar seria um "auxílio inestimável à luta que é travada pelo povo português e à luta dos povos dominados pelo colonialismo fascista português".

Cópias do documento foram distribuídas aos membros da Conferência.

## «Portugal o Ultramar e o Futuro»

### SOBRE A COLONIZAÇÃO PORTUGUESA:

(...) "Não obstante, os numerosos em que se cifra a população não indígena de Angola, chegam a ser desoladores: pelo censo de 1950 havia na provincia 78.826 homens brancos, o que significa que em 400 anos de esforço civilizador conseguimos apenas enraizar pouco mais portugueses do que os que na metrópole esgotam, em dias de futebol, internacional, a lotação do estadio do Jamor!"

(...) "Dos 4 milhões de negros, originários de Angola, quantos falarão português? Cem mil, duzentos mil, quinhentos mil?"

E quantos saberão ler e escrever? Vinte mil, cinquenta mil? Em Moçambique, o panorama ainda é mais desolador."

(...) "As medidas decretadas após a eclosão da vaga terrorista de março do ano passado — algumas das quais processadas por via apenas demagógica — mas vieram confirmar a impressão alicerçada ao longo do tempo. A pergunta — "ter-se-iam tomado se não se houvessem verificado os acontecimentos no Congo Português?" — passou a ballar no espírito de quase todos."

### A RESPEITO DA POSIÇÃO INTERNACIONAL DE PORTUGAL

(...) "Se a posição assumida pelos Estados Unidos da América não oferecia, aos observadores atentos e imparciais, sombra de duvida — mau grado o volume e o preço da campanha iniciada na América do Norte logo após a chegada do novo embaixador português; se o voto de todas as potências nossas aliadas na NATO, incluindo a Inglaterra que tempestivamente nos enviara o seu Ministro dos Estrangeiros a aconselhar novos rumos e a sugerir outros métodos, sem esquecer a própria França, cuja abstenção é prelúdio de abandono no momento em que a Argélia se emancipe; se o voto das potências atlânticas estava igualmente previsto e se a posição tomada pelo Brasil, sangue do sangue português, Pátria saída da Pátria lusitana, era de recear então é porque estamos sozinhos no mundo."

(...) "Este número avassalador e decisivo de Estados que, na maior organização multinacional de todos os tempos, condena o nosso País pela filosofia política ultramarina do seu governo, sugere e implica, antes de tudo o mais, um sereno e grave exame de consciência: devia ser, por si só, motivo bastante de debate nacional.

Contudo, o País conhece, sobejamente, as estrofas entoadas à gloriosa tarefa de enfrentar o mundo, e o governo até parece, na reali-

dade, seduzido por tão gigantesco afã".

### QUANTO A EXISTENCIA DE PROVINCIAS E NÃO DE COLONIAS:

(...) "Portugal, embora tendo adotado ab initio uma politica ultramarina diversa da das outras potencias, participou sempre das conferencias internacionais suscitadas pelo problema colonial..."

### O QUE VALE A PACIFICAÇÃO SALAZARISTA

(...) "Um ano após a eclosão da revolta na Argélia, foi dito a todos os franceses que o terrorismo estava vencido e que nada mais haveria a recear da parte da F.L.N. Conhecem-se, agora, as desastrosas consequências da afirmação."

(...) "Defender-se-á, porém, o interesse do país pugnando por uma solução a todas as luzes inviável e que pode conduzir-nos ao suicidio coletivo?"

### QUANTO A INSINCERIDADE DOS SALAZARISTAS

(...) "Devo, aliás, confessar que não tendo nunca encontrado, inclusive entre elementos representativos da politica situacionista, quem negue a irresistível tendencia para a emancipação de Angola e Moçambique, escapa ao meu entendimento qualquer processo que não diligencie tentar conduzir a favor de Portugal essa fatalidade histórica e sociológica."

### NECESSIDADE DA DEMOCRACIA:

(...) "As decisões tomadas sobre a matéria, sem prévia audiência da opinião pública e dos meios responsáveis, não afetos ao regime, resultam, assim, só parcialmente válidas, na medida em que, dada a sua transcendência, deveriam exteriorizar a vontade efetiva do País e não apenas a daqueles que transitoriamente o dirigem."

(...) "Acima de tudo, se na realidade a Pátria se encontra em perigo (como todos reconhecem) é essencial permitir e até favorecer o dialogo construtivo, sem o qual a desejada unidade não será mais do que simples imposição."

(...) "Por isso se repete, a concluir, que hoje mais do que nunca é mister aceitar e iniciar o dialogo construtivo, reconhecendo que o País tem o direito de auscultar as varias correntes de opinião que, de uma maneira ou de outra, a todo o custo pretendem servi-lo e salvá-lo."

Dr. M. J. Homem de Mello — (Conde de Agueda e deputado na Assembleia Nacional portuguesa de 1957 a 1961), na obra cujo título vai em epígrafe.

LISBOA (Do correspondente) — A atmosfera que se respira nos quartéis é cada vez mais tensa. Os "slogans patrióticos" do fascismo que antes despertavam risos inspiram agora sentimentos de revolta desde que os feridos e os desmobilizados de Angola transmitem aos seus camaradas o horror da guerra colonial. Não há um soldado que não tema ser enviado para "o inferno de Angola". Daí os protestos, as deserções, os levantamentos de rancho e outros incidentes que se repetem todas as semanas, numa cadencia elucidativa do estado de espírito reinante no Exército. O mais significativo desses acontecimentos verificou-se recentemente nas instalações do Regimento de

Artilharia I, transformado em enfermaria para feridos de Angola. Reagindo contra uma determinação do comandante, os soldados doentes recusaram-se a comparecer na formatura do rancho. O movimento eclodiu alguns dias depois de elementos mais combativos terem espalhado pelas casernas papéis com palavras de ordem. O desfecho foi um levantamento de rancho de que participou a totalidade dos soldados, isto é, mais de 400. A polícia militar, chamada à pressa pelo comandante, não foi capaz de dominar os insubordinados, que se defenderam a soco e pontapés, chegando a sovar um major mais agressivo. Em estado de verdadeiro pânico, o comandante teve então de pedir novo reforço que, a muito custo, "restabeleceu a ordem". Cerca de quarenta soldados foram atirados para o Forte de Elvas e quase todos os demais sofreram pesadas punições disciplinares. A repressão foi pessoalmente dirigida pelo Ministro do Exército.

### "QUEREMOS MAIS PAO!"

Mas não é apenas nos quartéis que a onda de revolta cresce, fortalecendo o espirito insurreccional. Acontece o mesmo um pouco por todo o País. No Porto, mais de mil operários da Carris, expulsos pela Polícia do respectivo sindicato, manifestaram-se nas ruas gritando "Queremos mais pão!" Por outro lado, em todo o Alentejo prossegue a luta reivindicatória pela jornada das oito horas de trabalho. Em Avis, Montemor-o-Novo, Balcão e Alcacer tem havido concentrações de protesto contra os abusos dos latifundiários e prosseguem as lutas parciais de camponeses, quase sempre vitoriosas.

A classe piscatória vem também dando provas de um grande espirito de luta. Em Matosinhos, não houve pressões nem violências policiais que obrigassem os pescadores a ir para o mar no feriado do 15 de agosto e no 5 de outubro.

## A Africa apoia a luta dos angolanos

O Boletim Semanal do Movimento Popular de Libertação de Angola, no comentario que dedica à realização em Libreville, da Conferência dos Chefes de Estado da União Africana-Malgache, assinala que o problema angolano foi abordado durante os trabalhos daquele conclave. Na sessão de encerramento, o presidente da Costa do Marfim, Houphouët Boigny — que presidia à reunião — exaltou a luta de libertação nacional travada pelo povo de Angola e afirmou que a Conferência da UAM decidira ajudar concretamente os nacionalistas angolanos "por meios materiais, políticos e diplomaticos", fazendo um apelo à unidade de ação de todos os movimentos que enfrentam o colonialismo português.

É pois, praticamente, toda a Africa que se levanta contra a opressão colonial de Salazar, pois os países do grupo de Casablanca há muito que vêm prestando a sua ajuda ao MPLA e ao PAIGC. Quanto à Argélia, a determinação do seu novo governo de auxiliar os patriotas angolanos que combatem pela independência do seu país é das mais firmes. O discurso que Ben Bella pronunciou a respeito perante a XVII Assembleia Geral das Nações Unidas foi categórico: a Argélia — afirmou — auxiliará a luta do povo angolano por todos os meios ao seu dispor, inclusive o envio de voluntários.

## A PIDE não gosta da UNE

A atitude da PIDE, impedindo a entrada em Portugal do ex-presidente da União Nacional de Estudantes do Brasil, Aldo Arantes causou como era de esperar, grande indignação nos meios estudantis brasileiros. Os métodos da famigerada corporação são conhecidos, mas o seu descaro, tanto mais que se tratava de um estrangeiro em transito, assumiu neste caso proporções tais que a imprensa brasileira dedicou ao assunto largo espaço, chamando para ele a atenção do País.

Aldo Arantes regressava de Jerningrado onde participara, como delegado do Brasil, no Congresso da União Internacional de Estudantes. A sua surpresa foi por isso grande quando ao descer do avião no aeroporto de Lisboa, teve o seu passaporte imediatamente apreendido e, meia hora depois, foi "metido em outro aparelho com destino a Paris", com a recomendação ameaçadora de não voltar "a pôr os pés em Portugal". Pediu o líder estudantil para ser conduzido à Embaixada do Brasil, mas não foi atendido. Replicaram os esbirros da PIDE que ali mandavam eles" e não os diplomatas estrangeiros..." O visto do passaporte foi pura e simplesmente riscado e a passagem de avião apreendida.

Apurou-se posteriormente que a PIDE, aperfeiçoando os seus métodos, usara a aeromoça do avião como "isca".

Aldo Arantes é um estudante de formação catolica, a quem os democratas portugueses devem numerosos gestos de solidariedade pela sua ação na presidencia da UNE.

## Comité Ibero-Afroarabe

CARACAS (Do correspondente) — Em setembro passado, um grupo de personalidades democraticas fundou nesta Capital o "Comité Ibero-Afroarabe, organismo que se propõe lutar, por todos os meios ao seu alcance em favor da rápida libertação dos países submetidos à opressão colonialista nas suas formas diretas ou indiretas. Entre os propositos do Comité inclui-se o de prestar ajuda mutua "entre as nações incluídas" na denominação do organismo "com o fim de poder levá-las a desfazer-se dos vestígios de tipo colonialista, reacionario, retrogrado, oligarquico, etc, que continuam pressionando sobre elas, perturbando a sua evolução."

Entre as personalidades fundadoras do Comité conta-se o dr. Eduardo Ortega y Gasset, eminente democrata espanhol exilado na Venezuela. A sede do novo organismo está instalada na Associação Venezuelana de Jornalistas, à av. Andres Bello, nesta Capital.



# A Conferencia de Paris

## Reunião preparatória

Durante uma reunião realizada em Paris, e que participaram os representantes dos Comitês Nacionais da Itália, França, Bélgica e Inglaterra, e observadores portugueses, foram tomadas importantes decisões sobre a Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses.

Após ampla troca de impressões e leitura dos relatórios apresentados, chegou-se a acordo sobre os seguintes pontos:

I — Competirá ao Secretariado Internacional inaugurar a Conferência, ficando a seu cargo a alocação de abertura.

II — O Comitê Italiano apresentará o relatório referente aos objetivos e ao tema da campanha para a Anistia.

III — O Comitê Inglês submeterá ao plenário o relatório sobre a situação dos presos políticos, suas condições de vida, perigos que os ameaçam e às respectivas famílias.

IV — O Comitê Belga, apresentará o relatório jurídico.

V — Os observadores portugueses tomam a seu cargo a elaboração do relatório sobre a situação social e política em Portugal.

VI — O Comitê Francês elaborará as conclusões, com base no trabalho das várias comissões.

O Secretariado Internacional reunir-se-á nas vésperas da Conferência, a fim de estudar os relatórios e elaborar uma primeira lista de resoluções a propor ao Plenário.

Cada Comitê deverá custear as despesas da sua própria delegação. Quanto aos gastos da preparação da Conferência, o Secretariado Francês comprometeu-se a cobri-los com o produto da exposição de quadros de artistas brasileiros que se deve realizar brevemente em Paris.

Participaram da reunião, além dos observadores portugueses, as seguintes personalidades: srs. Meechini e De Angelis pela Itália; sras. Ward e Dybole, pela Inglaterra; dr. Herscovici pela Bélgica; sra. Colette Ka'n, drs. Solange Bouvier-Alam, Supervielle e Leclerc, e srs. Salanne, Ballanger, Gilhodes, Leroy e Daniel Vidal, pela França.

## Apoio financeiro do Uruguai

O Comitê Uruguaio de apoio à Conferência de Paris tornou já públicas as contas da campanha de recolha de fundos em benefício do importante conclave. O total das contribuições recebidas ascendeu a 1.500 pesos uruguayos, que equivale a mais de 250.000 cruzeiros. Para esse excelente resultado financeiro, o Comitê dos Portugueses Antifascistas contribuiu com 160 pesos, e o Festival da União das Mulheres portuguesas com 232.

## Duas mensagens dos democratas portugueses de Paris

Democratas portugueses, reunidos em Paris no almoço comemorativo da Revolução de 5 de outubro de 1910, enviaram expressiva mensagem ao Comitê francês para a Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses. Agradecendo a campanha desenvolvida em todo o mundo a favor das vítimas do fascismo salazarista os signatários salientam que a solidariedade internacional das nações democráticas para com o povo português é um elemento essencial na luta pela sua libertação.

No decurso da mesma reunião, foi também enviada uma saudação aos presos políticos "que sofrem a repressão cega e brutal da ditadura fascista de Salazar".

## Novas adesões

CELSE PEREIRA DE LIMA, Professor — MIRIAM ASFÓRA, Func. Universidade da Paraíba — ARMINDA ASFÓRA, Doméstica — RAYMUNDO ASFÓRA, Deputado estadual da Paraíba — ANNA MARIA ASFÓRA, Universitária — FRANCISCO ASFÓRA, Líder sindical — GERALDO FERNANDES, Estudante — MARIA DO SOCORRO ARAGÃO, Tabela Pública — INEZ MARIA SILVEIRA PEIXOTO, Professora — MARIO PEDROSA, Professor Universitário — CAIO GRACO PRADO, Editor — PAULO EMILIO GOMES DOS REIS, Engenheiro — A. GOMES DE ABREU, Arquitecto — MOACYR FELIX, poeta — A. PINHEIRO JR. jornalista — ALDO SILVA ARANTES, Presidente da União Nacional dos Estudantes — WALDEMAR SALLES, Advogado — JORGE SILVEIRA MARTINS, Advogado — LÉLIO JOFILLY PEREIRA DA COSTA, Químico — ODIMAR AGRA, Advogado — OLIVEIROS OLIVEIRA, Industrial — AGENOR PESSOA DE AZEVEDO, Comerciante — AGNELLO JOSÉ DE LIMA, Advogado — LOURIVAL SANTOS, Comerciante — KLEBER CRUZ MARQUES, Professor — JOSÉ MARIA DE CASTRO, Estudante — HENRIQUE DE MELO, Estudante — CLENEIDE CLEMENTE, Estudante — JOSÉ DA SILVA QUIRINO, Universitário — PEDRO CAVALCANTI CERQUEIRA, Universitário — FERNANDO LUIZ ALMEIDA CASTRO, Universitário — HUGO DE ALMEIDA, Estudante — LUIS ANDRADE, Estudante — GABRIEL VELOSO, Estudante — ABEL LARDO CAMINHA, Estudante — JOSÉ M. MAIA, Estudante — DARCI CORDEIRO, Estudante — JOSÉ GONÇALVES, Bancário — JOSUÉ NESTOR DA SILVA, Vice-presidente da União Brasileira de Estudantes Secundários

# Conferencia dos Países da Europa Ocidental Para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos de Portugal

15 e 16 de DEZEMBRO de 1962



Cartaz de Clovis Graciano para a Conferência da Anistia.

BOLETIM N.º 17 — DEZEMBRO

CORTE E SOBREPONHA

## Apelo a favor de N. Skapinakis

Em França e Itália está sendo desenvolvida uma campanha para a libertação de Nikias Skapinakis, a que o Brasil começa a associar-se. É a seguinte a tradução do apelo que corre impresso naqueles países da Europa:

"O pintor Nikias Skapinakis, um dos melhores artistas plásticos portugueses da atualidade, antigo candidato da Oposição Democrática nas eleições legislativas, membro da comissão de Redação da revista portuguesa SEARA NOVA (de tendências socialistas) e da revista ARQUITECTURA, um dos signatários do PROGRAMA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA REPÚBLICA (documento assinado por uma centena de líderes anti-salazaristas, durante uma conferência de imprensa, em Maio de 1961), foi preso em fins de Novembro, pela PIDE; submetido a interrogatórios brutais pelos carrascos da PIDE (a GESTAPO portuguesa), a sua vida está em perigo.

Como consequência da perseguição policial Nikias Skapinakis tinha pedido asilo político no princípio do ano corrente, à embaixada do Brasil. Passaram-se cerca de seis meses sem que o governo português admitisse o asilo e, por conseguinte, autorisasse a saída do país. Por fim, como resultado de diligências do embaixador brasileiro, sr. Negrão de Lima, a polícia portuguesa declarou não ter contra ele nenhum motivo para encarceramento, salvo o ter assinado o PROGRAMA PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA REPÚBLICA. Nikias Skapinakis pagou, assim, uma caução de 4.500 escudos para poder deixar, em liberdade, a Embaixada do Brasil. Esta aparente COMPREENSÃO do governo salazarista era, no entanto, uma armadilha da PIDE. Dois meses mais tarde, Skapinakis foi preso de novo (tal como sucedeu também a um outro asilado político que saíra da Embaixada do Brasil ao mesmo tempo que N. S., o escritor Alfredo Margarido) sob a falsa acusação de pertencer ao Partido Comunista e de ter participado na organização das manifestações previstas para 5 de Outubro o que lhe dá fraca possibilidade de rever o sol da liberdade.

Nós apelamos para a solidariedade mundial dos artistas, pintores, críticos de arte e escritores.

NOTA: Nikias Skapinakis nasceu em Lisboa em 1931. Ele é considerado um dos melhores pintores portugueses (8 exposições individuais e participação em numerosas exposições coletivas quer em Portugal quer no estrangeiro; as suas obras figuram em diversos museus). Ilustro a edição especial de "QUANDO OS LOBOS UIVAM", de Aquilino Ribeiro, candidato português ao Prémio Nobel (esta edição foi apreendida pela polícia política portuguesa). Com professor no Liceu Francês de Lisboa, ocupou-se de problemas pedagógicos e de formação artística.

## Manuel Serra barbaramente torturado

A maioria dos presos ligados ao levante de Beja continua no Forte de Caxias. Ocupam seis cubículos onde mal cabem, à razão de 10 a 12 pessoas em cada um. Figuram no grupo vários oficiais do quadro, incluindo um major e nenhum escapou à tortura nas semanas subsequentes aos acontecimentos do Ano Novo em Beja. Há presos com timpanos furados, outros com graves doenças nervosas e perturbações mentais causadas pela tortura.



O líder católico MANUEL SERRA

Foi especialmente contra o dirigente católico Manuel Serra que a PIDE se encarniçou. Levado logo após a sua prisão para a sede da PIDE em Lisboa, foi ali mantido durante vinte dias não lhe sendo permitido um minuto de sono no primeiro 13. Nos últimos sete, o regime da estadia foi suavizado: deixaram-no ao todo dormir 24 horas. Nos primeiros 40 dias foi "interrogado" 32 vezes e espancado 13 a murro, pontapé, com uma cadeira e com cassete de borraça. Numa das mais prolongadas sessões os esbirros policiais levaram o seu requinte ao ponto de o espancar algemado com um adesivo colado sobre a boca. Dessa vez rasgaram-lhe o couro cabeludo deixando-o completamente ensanguentado. O período de incomunicabilidade manteve-se por cerca de cinco meses e mais em uma única exceção em que lhe permitiram ver a mãe. A leitura foi-lhe terminantemente proibida durante quatro meses, inclusive a Bíblia. Até assistência religiosa lhe negaram. Os primeiros dois meses foram passados num "segredo" de Caxias, sendo dali transferido para o Aljube. Em junho passado foi devolvido a Caxias...

## Os horrores de Peniche

Apresentamos a seguir um quadro do regime a que são submetidos os presos políticos numa das mais tristemente famosas cadeias da PIDE: a fortaleza de Peniche.

VISITAS — O diretor proíbe visitas em comum. As famílias dos presos devem chegar impreterivelmente no domingo às 13 horas. Um minuto de atraso é o suficiente para que a visita seja anulada. Consoante a disposição desse cerbero da PIDE os visitantes podem permanecer no local de duas horas a menos de trinta minutos. E proclama bem alto que quem não quiser não venha! Como a hora é inconveniente, dado o local ermo em que se encontra a fortaleza, alega que as pessoas de família dos presos podem muito bem levantar-se às 5 horas da manhã para chegar na hora.

Os presos reivindicam duas horas de visita normais; não aceitam a imposição de as famílias terem de chegar às 13 horas; e exigem visitas em comum no Natal, Ano Novo e Páscoa.

ISOLAMENTO DOS PRESOS QUE ESTÃO NAS CELAS — Os presos que chegam permanecem durante dois meses (e a direção já ameaça com seis meses) metidos nas celas, só saindo para as refeições e para meia hora de recreio e hora e meia de convívio numa sala, onde podem conversar, mas é-lhes interdito pedir ou dar qualquer explicação, mesmo simples noções de português, aritmética, etc. Os presos estão isolados quase 20 horas em cada dia. No refeitório não se pode falar e há guardas que até protestam contra simples sorrisos. Os presos reivindicam: mais tempo de convívio na sala, poder falar livremente em tudo o que não for política, poderem ajudar-se nos estudos

RANCHO — Muito pouco variado; sem vitaminas (ausência de salada e couves verdes) e muito pouca carne.

PERMUTA DE COMIDA — Os presos não são autorizados a dar comida uns aos outros. Isto é absolutamente imoral, sem qualquer base e intolerável. Os presos mostram disposição para dar tudo por tudo para acabarem com essa proibição.

SAUDE — O médico é um velho de mais de 80 anos; incompetente e sem qualquer préstimo. O enfermeiro dificulta como pode os tratamentos. Não há meios de diagnóstico e tratamento, apesar de estarem nesta cadeia mais de 100 presos políticos e 30 a 40 comuns. Nem sequer há um saco de água quente. Levantam muitas dificuldades a dar dieta, tendo o diretor chegado a dizer que "isto aqui não é hotel. Quem fosse doente não se metesse em política".

CENSURA AOS JORNALIS — Chegam a vir aos bocos e já cortados totalmente. Os presos querem que acabe a censura.

GUARDAS — São (fora raros casos) incorretos com os presos, estando sempre a implicar e provocar em obediência a orientação superior do chefe e diretor. Este berra insultos e ameaça os presos que vão falar com ele.

Os presos procuram o diretor mas ele diz a tudo que não, procurando dividir e intimidar. A situação agravar-se-á se os presos não lutarem e as famílias e povo os não ajudarem. Os presos não estão dispostos a tolerar o agravamento da situação e irão para formas de luta mais enérgicas e superiores na medida em que a direção diz a tudo que não e faz novas exigências. Como a das visitas estarem na Fortaleza às 13 horas. Esta imposição não deve ser aceite e as famílias e todas as pessoas simples devem protestar em conjunto, pois assim é possível fazer recuar a PIDE.

## Segredos de Caxias

Um dos piores presídios portugueses é, como se sabe, o de Caxias. Ali, os chamados "segredos", onde os presos são mantidos incomunicáveis, não passam de antros imundos, subterrâneos, sem luz natural, sem ar e com uma taxa de humidade tão elevada que o vapor, condensando-se, faz pequenas poças. Bastam poucas horas para que os alimentos, o tabaco e até os fósforos apodreçam. Num desses "segredos" um preso cujo nome se desconhece gravou na parede a seguinte quadrada: UM HOMEM SÓ NO SEGREDO / SABE UM SEGREDO PROFUNDO / NUNCA ESTÁ SÓ NEM TEM MEDO / QUEM AMA OS HOMENS E O MUNDO.

## Adelino Simões

Preso em Julho último pela polícia sul-africana, continua em estado de rigorosa incomunicabilidade, na cadeia da PIDE de Lourenço Marques o jovem democrata Adelino Simões. Segundo notícias recentes, há todos os indícios de que Adelino Simões está sendo submetido a sevícias, recendo-se mesmo a sua transferência para Lisboa, o que, a dar-se, significará grave perigo para a sua vida. Denunciamos às consciências democráticas do mundo inteiro o crime cometido contra a liberdade daquele compatriota, uma das primeiras vítimas de raça branca da sombria aliança do regime nazi de Verwoerd com as autoridades colonialistas de Moçambique. Com efeito, até há pouco tempo, essa aliança policial era apenas orientada contra elementos de cor, entre os quais foram feitas inúmeras vítimas.



# Interrogatório na PIDE

Jorge Araujo que conseguiu evadir-se recentemente dos cárceres da PIDE, descreve-nos abaixo os processos usados pela gestapo portuguesa, durante o interrogatório que se seguiu à sua prisão:

Fui preso num sábado às 11 horas da manhã. Depois de ter sido violentamente agredido a soco e à coronhada, no ato da captura, conduziram-me à sede da PIDE e enquanto me revistavam minuciosamente começaram a interrogar-me agredindo-me novamente com socos na cara e no estômago (agente Pinto Ferreira e Coelho da Silva). Para além de me ter identificado resolvi declarar logo de início que me recusava a prestar quaisquer declarações bem como a assinar os autos, momento a partir do qual preferi o silêncio absoluto ante as perguntas que me faziam, algumas manifestas e propositadamente inofensivas. À uma hora da noite recolhi a um calabouço. Só na segunda-feira de manhã me chamaram de novo tendo-me conduzido para o gabinete de investigação. Iniciou-se o primeiro período de estafeta que duraria seis dias e seis noites. Durante este período fui agredido a soco e sopápo frequentemente e uma vez com mais violência a pontapé e pelos cabelos (agentes Melo e Fernandes). Na segunda noite deste período o chefe Borges anunciou-me que eu teria uma entrevista importante e levou-me para o gabinete do Diretor. Este apareceu e com toda a "amabilidade" mandou-me sentar e iniciou um longo discurso convidando-me a denunciar dois ou três nomes de Braga e Guimarães, à assinar uma declaração de renúncia às atividades partidárias, oferecendo-me em troca a liberdade dentro de poucos dias. Perante o meu silêncio às suas insistências, irritou-se e acabou por me mandar de novo "para cima" afirmando que eu "perdia a minha melhor oportunidade" e que me ia arrepender quando "lá em cima fosse obrigado a dizer tudo". Daí em diante os interrogatórios passaram a ser secos.

Durante a quinta noite comeci a falar alto em coisas desconexas (soldadinhos de chumbo a mistura com foguetões) e o agente de serviço ficou assustado e saiu para consultar os superiores. Quando regressou meteu papel na minha boca para um auto e começou a interrogar-me "com afabilidade". Eu fui sereno e compreendi que eles estavam hesitantes em continuar ali e levaram-me para a cela. Nessa altura já tinha as pernas e os pés muito inchados, mas só na madrugada seguinte resolvi desistir, depois de várias insistências para que falasse, ainda que fosse apenas a afirmação da minha qualidade de membro do Partido.

Estive no calabouço seis dias e durante esse período tive visita da família que, lá fora, protestava continuamente. Vim a saber que dirigiram protestos ao Ministro do Interior e da Saúde. Minha companhia tem uma carta de resposta dirigida pelo Ministério da Saúde em que se afirma que eu estou bem.

PÁGINA 2

Depois deste intervalo houve nova sessão de "estafeta" durante cinco dias e cinco noites. Desta vez falas mesmo ou vais ali para o cemitério" disseram-me logo à entrada e repetiram-no diversas vezes. Foi de fato mais dura que a primeira pois, enquanto que durante a primeira eu não me encontrava voltado para a parede e podia mesmo dar um ou dois passos de vez em quando, durante este novo período estive quieto, virado para a parede e a um palmo dela. À frente dos olhos colaram um papel com três perguntas ("Quem te controla"; "Onde reunes?" e "A quem se destinava a imprensa encontrada no automóvel?").

As agressões a soco continuaram durante as três primeiras noites deste segundo período depois surgiu o espancamento a cavalo marinho (agentes Melo, Escalreira e J. Fernandes). Fiquei com as costas, ombros e pernas completamente negras. A partir de determinada altura há regiões que deixam de ser muito sensíveis à pancada e eles sabem disso pois começam a insistir nas nádegas e coxas onde as dores são agudas. Durante uma agressão apañei uma pancada a toda a extensão da região pulmonar e caí ficando com a respiração cortada. O agressor (agente Escalreira) conduziu-me precipitadamente ao lavatório e meteu-me a cabeça debaixo da água. Este agente, muito bruto, disse-me certa vez que ao iniciar a carreira tinha declarado aos superiores que nunca seria capaz de pôr a mão num preso. "Mas a gente habitua-se sabe. Embora a mim me custe muito porque sou católico".

Outro depois de me agredir durante uns minutos parava de repente, atirava para cima da estante o cavalo marinho e lamentava-se de ser obrigado a fazer aquilo. Dizia que tem um filho pequenino e preferia vê-lo esmagado sob um caminho a saber que mais tarde ele viria a ser comunista. "Não é por nada, sabe. É só por aquilo que eu sei que os comunistas sofrem". Acabava sempre por querer pôr fim ao meu "sofrimento" convidando-me a prestar declarações. Até o próprio médico (Dr. Ulisses) que um dia (na 2.ª ou 3.ª tarde do segundo período) me foi ver por causa de uma "erida que um soco violento do agente Barreira me tinha feito no nariz, me convidou a "comer para poder falar" (desde o fim do primeiro dia que eu resolvi fazer a greve da fome).

Ao quinto dia regressi ao calabouço. No sexto dia fui ao médico. Pesava 52 kgs. O meu peso normal é de 59/60 kgs. Mesmo assim o médico não achou necessário auscultar-me nem dar-me qualquer fortificante.

Depois só regressi à investigação para um auto de reconhecimento e mais tarde para o interrogatório final, muito breve. Fim do interrogatório, à noite, fui pela última vez agredido a soco, com a raiva especial que caracteriza o agente Melo.

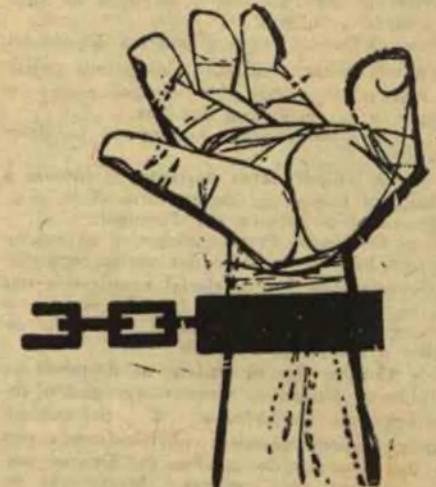
# « Amnistie au Portugal »

O Comité de Iniciativa da Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses editou em Paris, nas vésperas da inauguração do importante conclave, o 3.º número do Boletim AMNISTIE AU PORTUGAL.

Além do apelo à opinião mundial em favor da Conferência, lançado pelo Secretariado Internacional a 18 de outubro, o Boletim insere variado noticiário sobre a última onda de prisões desencadeada em Portugal e o texto integral do relatório apresentado pela missão de informação que, por incumbência do Secretariado, se deslocou a Portugal em junho, ali permanecendo entre os dias 17 e 24. O documento divide-se em três partes: um preâmbulo, da autoria do sr. Daniel Vidal, secretário do Comité Frances; e dois relatórios: o do dr. Adrien Wolters, advogado belga, e o de Mrs. Helen Ward, secretária do Comité Inglês. O conhecido jurista belga apresenta os resultados do inquerito a que procedeu em Portugal, ocupando-se de quatro aspectos principais: os processos políticos, o fundamento legal da repressão, o desenvolvimento do processo político, e as condições de trabalho dos advogados na missão de defesa dos inculcados políticos. Mrs. Helen Ward trata do regime a que estão submetidos nos presídios fascistas portugueses os presos políticos e ocupa-se, caso por caso, da situação dos seguintes patriotas encarcerados pela PIDE: Albina Fernandes, Natalia David, Elvina Ferreira, Carlos Costa, Euric de Figueiredo, Noemia, Maria Luísa Costa Dias, Maria Angela Vidal, Julio Martins, Humberto Lopes, Ribeiro da Silva, Varela Gomes, Mario Araujo, Alberto Proença, Manuel Costa, Maria Carneiro de Sá, Mario Victor Sena Lopes, Manuel Rodrigues da Silva, Artur Cavaco, Franco de Sousa, Manuel Pedra, Rolim Mautempo, Aida Paula, Ivone Dias Lourenço, Julieta Gandara, Maria José Ribeira. Mrs. Ward refere-se também

ao caso do bispo do Porto, proibido por Salazar de regressar a Portugal, ocupa-se largamente do caso do advogado dr. Arlindo Mesquita, presentemente em liberdade, e apresenta uma lista de patriotas torturados após a sua prisão em maio passado: Olimpia Bias, Maria Galveias, Rosette Campos, Vitoria do Carmo, Custodia Chibante, Domingas Ferreira, Noemia O'Neil, Madalena Castanho e Alcina Maia.

## UM NOVO APELO CORRERA MUNDO



Esta mão, e este apelo, serão vistas muitas vezes, em muitos lugares pelos democratas portugueses.

## APOIAI E AJUDAI A PRIMEIRA CONFERENCIA DOS PAISES DA EUROPA OCIDENTAL PARA A ANISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLITICOS DE PORTUGAL.

Enviai adesões, donativos ou quaisquer outras contribuições para a Rua Conselheiro Furtado, 191, S/2, Caixa Postal 4469 — S. Paulo.

PÁGINA 3

## M. Rodrigues da Silva

Em fins de outubro terminou mais um período de "medidas de segurança" para um patriota preso: M. Rodrigues da Silva. A família movimentou-se e o advogado pediu a sua libertação. A PIDE exigiu em resposta a indicação de um fiador que se responsabilizasse pela "habitação e manutenção" daquele democrata. No momento em que escrevemos, desconhece-se ainda no Brasil se M. Rodrigues da Silva foi posto em liberdade ou se a PIDE continua a retê-lo nos seus lóbregos cárceres.

# Apoio financeiro á Conferencia

Aproxima-se a data, 15 e 16 de Dezembro, em que se iniciará em Paris a Conferência dos Países da Europa Ocidental para a Anistia aos Presos e Exilados Políticos Portugueses.

Ainda estão a tempo os portugueses e brasileiros que não contribuíram, de nos enviarem os seus donativos ou de os remeterem diretamente para o Secretariado Internacional da Conferência, sr. Daniel Vidal, 3, Rue des Pervenches — à Bagneux — Seine — France.

Do valor total recolhido desde o início foram remetidos para o Secretariado Internacional da Conferência, Cr\$ 1.047.500,00 que juntamente com as despesas e o saldo em Caixa de Cr\$ 3.820,00 perfaz o valor global de Cr\$ 1.194.684,00, recebido até esta data.

A Comissão para a Anistia, uma vez mais lança o seu veemente apelo a todos os portugueses e brasileiros para que, solidarizando-se com os milhares de patriotas encarcerados nas masmorras de Salazar, ajudando a Conferência de Paris a ter o êxito que todos os verdadeiros democratas desejam. O caminho que leva à concretização desse objetivo, é o indicado pelos nomes que abaixo mencionamos.

## MAPA DEMONSTRATIVO DO MOVIMENTO FINANCEIRO DE AJUDA A CONFERENCIA DE PARIS

ENTRADAS	Cr\$	SAIDAS	Cr\$
Transporte do n.º anterior	1.115.434,00	Transporte do n.º anterior	1.070.615,00
Novos donativos		Despesa com remessa do livro "9 Poemas" de Carlos Maria de Araújo, para M. Daniel Vidal, Sec. do Comité Internacional. (Doc. n.º 14, anexo)	1.168,00
Jaime Sabino	6.000,00	Correspondência e telegramas, conf. Doc. n.º 15, anexo	4.081,00
José da Costa Bastos	5.000,00	Remessa para M. Daniel Vidal, Secretário do Comité Internacional, feita em 28-11-62, conforme Doc. n.º 16, anexo. (Valor equivalente a US\$ 100)	52.000,00
Eugenio Mercês	15.000,00	Remessa para M. Daniel Vidal, Secretário do Comité Internacional, feita em 28-11-62, conforme Doc. n.º 17, anexo. (Valor equivalente a US\$ 88,98)	63.000,00
Venda de três cinzeiros (oferta à Comissão)	1.200,00	Total saído	1.190.864,00
Cesar Teles	2.000,00	Saldo em Caixa	3.820,00
Luso Canadian Democratic Committee, entregue por intermédio General H. Delgado	22.700,00	Total	1.194.684,00
A. Lemos, entregue por General H. Delgado	10.000,00		
Elementos MNI e Associação H. Delgado do Rio, entregue por General H. Delgado	3.300,00		
João Correia	3.000,00		
J.M.A. Soares Guedes	1.000,00		
José Julio Carneiro	5.000,00		
Fernando Ramos	2.000,00		
Antonio Fonseca	2.000,00		
Venda de flâmulas alusivas à Conf. Paris	1.650,00		
Total recebido	1.194.684,00		

São Paulo 28 de Novembro de 1962.  
Pela Comissão Executiva e Comissão para a Anistia da U.D.P.

Manuel Setúrio, João Tito de Moraes, Miguel Urbano Rodrigues Engenheiro, Tito de Moraes, Augusto Aragão, Antonio Fonseca, Léonine Alexandre, Helder Costa, Joaquim Quitério.

PÁGINA 4

# A PIDE e o SNI tentam "justificar" o terror policial

Uma das características da onda de repressão ultimamente desencadeada em Portugal é a insistência com que as autoridades fascistas procuram justificar o terror policial. Ao contrário do que acontecia nos tempos aurores do fascismo, a PIDE envia à imprensa, por intermédio do Secretariado Nacional da Informação, extensos comunicados sobre as prisões verificadas no visível mas ridículo propósito de persuadir a opinião pública de que em cada caso existe um fundamento jurídico para as violências e arbitrariedades praticadas. Na realidade trata-se de uma prova de fraqueza. O fascismo ainda pode prender e torturar patriotas, mas não se sente já com a força suficiente para esconder da opinião pública a totalidade dos seus crimes. Procura explicitá-los. Dentro desse propósito dá à luz comunicados de uma estupidez total.

A tecla básica é a mesma de sempre: a PIDE agita o espantinho do comunismo como hidra de sete cabeças. Não perceberam ainda os luminares da Rua Antonio Maria Cardoso que agindo desse modo, apenas conseguem impor ao respeito e à admiração do povo os patriotas que caem nas suas garras, uma vez que os "crimes" destes, aos olhos do homem da rua se constataem em atos de puro heroísmo, na luta contra a ditadura fascista e pela restauração das liberdades fundamentais.

Para que os nossos leitores possam fazer uma idéia do estilo desses comunicados damos abaixo, algumas passagens de um deles, divulgado pelo SNI e publicado pelos principais jornais de Lisboa e Porto no dia 10 de outubro:

"O chamado "Partido Comunista Português" persistindo nos seus propósitos de provocar e desenvolver intranquilidade e agitação no país, procurou desvirtuar e perturbar as comemorações que é costume efetuarem-se em 5 de Outubro, preparando manifestações de caráter subversivo, com o apoio e colaboração de órgãos da mesma feição e finalidade — as denominadas "juntas de ação patriótica". Em alguns manifestos distribuídos e através da emissora de Moscovo convidavam-se todos esses elementos à agitação.

A Polícia Internacional e de Defesa do Estado, conhecedora dos preparativos que o citado "partido" estava levando a efeito, referenciou e localizou um certo número de "membros" daquelas organizações clandestinas, que se propunham atuar por meios violentos, em ação direta nas ruas. Da ação policial resultou a apreensão de apreciáveis quantidades de manifestos e a prisão, pela atividade desenvolvida e posição de responsabilidade na direção atuante, dos seguintes indivíduos: Aquilino dos Santos Mourinho operário corticeiro, que utilizava a falsa identidade de João da Silva Moraes; João Lourenço Rodrigues, empregado de escritório — ambos funcionários do "partido"; Francisco dos Santos

Vaz, motorista de praça; José Maria Gomes, carpinteiro; Salvador Duarte Martins Correia, operário corticeiro; Adelino José Cabrita, pedreiro; Antonio dos Santos Lopes, motorista; Vitor Pires Vieira, motorista dum serviço público; José Duarte Cruz da Silva, servente dum serviço público; e Fernando da Silva Santos, serralheiro dum companhia de petroleos.

Mas não termina aí o comunicado da PIDE. O fecho é de antologia, confundindo alhos com bugalhos. Ei-lo:

Foi também preso o pintor Nikias Ribeiro Scapinakis, que se encontrava em liberdade sob caução, arbitrada pelo tribunal por atividade contra a segurança do Estado, tendo-se agora apurado ser "membro" do citado Partido Comunista" e um dos organizadores das "juntas" de ação patriótica".

# Salva a vida de Candida Ventura



Os presos de Caxias acabam de alcançar uma grande vitória, vendo atendida uma das reivindicações em que se vinham empenhando. Candida Ventura uma patriota a quem "Portugal Democrático" se tem referido numerosas vezes foi agora internada numa clinica médica na sequência da campanha desenvolvida por seus companheiros de prisão, pelas famílias e por muitos outros portugueses. Aquela corajosa democrata vinha sofrendo de perturbações nervosas em consequência dos maus tratos que a PIDE lhe infligia.

PÁGINA 5



PORTUGAL  
DEMOCRATICO

# Urge derrubar Salazar

J. LOPES MENDES

Há quem assevere que o tempo trabalha em favor dos oposicionistas portugueses. Sob determinado aspecto, encarando a Humanidade como um Todo, é evidente que na hora atual, a evolução espontânea do processo histórico favorece aos inimigos da ditadura de Salazar, como favorece, aliás, a todos os povos que lutam pela liberdade, pela independência nacional e pela Paz.

Cada povo que lute e se liberte neste ou naquele continente das garras da opressão política e do atraso econômico, está reforçando a luta e garantindo a vitória de outros povos ainda oprimidos.

Assim como cada nova nação arrancada à esfera de influência das grandes potências capitalistas debilita o sistema colonialista e imperialista, cada comunidade que se liberte do jugo fascista e da opressão social debilita o poder político das oligarquias reacionárias ligadas ao imperialismo e ao obscurantismo e fortalece a democracia.

A nova correlação de forças na escala mundial, condicionada pelo vertiginoso esfalecimento do colonialismo por um lado e pela expansão do sistema socialista por outro, favorece e robustece logicamente pela sua própria gravitação dinâmica, a luta dos povos, de todos os povos, tanto daqueles que gemem debaixo da bota militarista e ultramontana como dos que sofrem sob o látigo imperialista, ou ainda daqueles que, como Portugal, fazem sofrer e sofrem eles mesmo o duplo flagelo do fascismo e do imperialismo.

Mas se o tempo encarado historicamente garante de fato a longo prazo, a vitória do povo português sobre o salazarismo, e também a do povo de Angola e a dos outros povos escravizados, o tempo na acepção vital e na relação imediata, humana e sangrenta de todos os dias, de cada minuto, trabalha contra o povo que sofre o rigôr da tirania e da opressão flagelando-o com a miséria e aviltando-o!

O povo português, por culpas que não são suas — e em parte suas — padece há 36 anos de uma das ditaduras mais sanguinárias e retrógradas da nossa época, implacável e destruidora como um cataclismo. Porém, este interminável cativeiro não foi capaz de o aniquilar nem física nem moralmente. Prova-o a sua heróica e permanente resistência à ditadura; e, agora, os sucessos ocorridos desde os fins do ano 1961. Estes sucessos são duma importância incalculável. Mostram a extraordinária vitalidade ética dum povo maltratado e faminto. A sua capacidade revolucionária inata. A fina percepção que tem da realidade circundante e a vontade firme e viril de ganhar tempo ao tempo, pois são já muitos 36 anos de espera.

Nesta dilatada espera o povo português experimentou todas as formas críveis de luta, desde as batalhas frontais e desarticuladas dos tempos heróicos até às tentativas inúteis de conquistar a liberdade através da legalidade fascista. Impossível seguir arrancando mais folhas do calendário, ad perpetuum!

O tempo por si só não é um fator revolucionário nem deve ser considerado como tal.

## QUE FAZER, ENTÃO?

O povo português está dando-nos a resposta. Sair à rua a lutar de ombro a ombro, sem mais delongas nem demoras. O porvir e a História se escrevem com P de Pátria e com H de heroísmo. Agora e aqui, agora mesmo, dar combate ao fascismo, sem pausa, não para desgastá-lo desgastando-nos a nós numa luta interminável e estéril, desigual e imprópria, mas usando dos métodos e da estratégia adequada resultantes da própria realidade e da experiência vivida por nós e pelos outros povos. O tempo abstrato não é um fator coadjuvante quando se carega às

costas, como uma pesada cruz, 36 anos de fascismo!

Sabemos todos, e mórmente aqueles que têm já muitos anos de luta, que as velhas fórmulas adotadas sem êxito no passado, não nos conduzirão agora à vitória: é correr sobre terreno encharcado. E não nos parece correto esperar que o tempo faça automaticamente aquilo que nos compete fazer a nós como povo: a revolução libertadora.

Só um levantamento popular revolucionário poderá efetivamente terminar duma vez com a ditadura em Portugal, pois o fascismo, também com o mesmo injustificado empirismo, especula com o fator tempo, conta com uma enorme força repressiva e apoio financeiro irrestrito.

Nestas condições nenhum partido, agrupamento ou classe poderá, isoladamente, levar a cabo uma insurreição nacional triunfante. Tal levantamento só poderá ser realizado através da Unidade de Ação, da unidade plural e militante de todas as forças vivas do País. E a unidade de ação deve realizar-se na rua, sob o influxo das massas e no crisol de ações múltiplas, cada vez mais amplas, profundas e aguerridas. Agora!

Com argonautas avezados, motores a todo o vapor e velas desfraldadas, e ainda com o vento da história soprando de pópa, levaremos a náu a bom pórtio, triunfalmente. Mãos à obra!

## « Hitler 30 anos mais tarde »

Numa época em que a Internacional Nazi volta à luz do dia, numa época em que o fascismo volta a capitalizar os setores mais retrógrados da burguesia, torna-se necessário relembrar os métodos de que se serviu o nazismo para esmagar os círculos democráticos alemães e iniciar a sua cruzada anti-semita e anti-progressista.

« Hitler 30 anos mais tarde » é uma análise das condições que permitiram a implantação dum regime nazi-fascista na Alemanha de



Hitler, um memorando da última guerra e uma advertência contra os perigos do renascimento do militarismo germanico sob o comando de Franz-Josef Strauss, o novo aprendiz de feiticeiro da Alemanha Ocidental.

« Hitler 30 anos mais tarde » é da autoria do jornalista português, Victor da Cunha Régio. É mais uma edição da EDITORA FELMAN RÉGO, depois de « Salazar Visto do Brasil » e « A Resistência em Portugal ». Pedidos à Redação do nosso Jornal ou por reembolso postal por intermédio da Editora Felman Régio — Av. da Liberdade, 626 — 1.º, sala 3 — São Paulo (3) — (Preço: Cr\$ 550,00).

# Professores contra Salazar

Nas vésperas da abertura do ano letivo, a situação nos meios universitários de Lisboa e Coimbra, continuava extremamente tensa. Nada menos de 47 professores da Universidade de Lisboa, indignados com as punições aplicadas aos estudantes, enviaram uma exposição ao sr. Americo Tomaz exigindo « maior autonomia em todos os campos — científico, pedagógico e administrativo » da UL. Apesar da moderação dos termos do documento, a censura não permitiu, entretanto, a sua publicação nos jornais.

Dizem os professores lisboetas que « para alcançar seus fins, a Universidade não pode prescindir de um clima próprio, de compreensão e tolerância, de liberdade de ensino e de expressão — sem as quais não é concebível a procura incessante da verdade — de autonomia e de dignidade, tanto nos seus órgãos representativos como na ação de qualquer dos seus docentes ».

Acrescentam que esse apelo é dirigido « do mais profundo da sua amargura e inquietação », concluindo: « Batido por ventos adversos, atravessa o País grave crise, em que todas as vontades se deveriam conjugar para o mesmo fim, evitando tudo o que divida e dissocia. Ainda é tempo, com jovens que têm dado tantas provas de generosidade, maturidade e compreensão, de sarar as feridas dolorosas, reparando as injustiças e criando assim uma indispensável atmosfera de esperança e serenidade. Ainda é tempo de restituir aos docentes o ambiente de tranquilidade necessário aos seus trabalhos e à Universidade a dignidade e a autonomia que constituem as condições de sua ação ».

## A REPERCUSSÃO NO BRASIL

No Brasil, continuam a ser numerosas as manifestações de solidariedade aos estudantes de Coimbra e Lisboa vítimas da feroz repressão salazarista. Particularmente significativa é a reação dos jovens portugueses que realizam seus estudos no Rio de Janeiro. Um grupo de moços nessas condições distribuiu à imprensa manifesto — que obteve larga divulgação — afirmando que « uma nova onda de terror foi desencadeada pelo ditador Oliveira Salazar contra os estudantes », e que « as prisões e detenções, as penas variadas e sádicas aplicadas, são um atentado brutal ao direito e à razão ».

A seguir, declara o documento: « A luta travada pela classe estudantil para a democratização do ensino e emancipação económica da Patria, restabelecimento das liberdades publicas e privadas, participação real e efetiva com partes da nação, direitos há muito postergados e pisoteados no solo português, é uma reivindicação de todo o povo português. O ensino em Portugal é hoje um privilégio concedido às elites do regime forjadas e ajustadas à imagem e semelhança do ditador, para manter o povo na ignorancia e na miséria ».

Após se referir a « repressões violentas, feitas pela PIDE contra a juventude estudantil » e às prisões de universitários, o manifesto recorre aos brasileiros:

« Fazemos um apelo dramático aos estudantes do Mundo inteiro e aos colegas brasileiros em particular — os quais têm sido sempre nobres e desinteressados defensores do povo português — para que usem de todos os recursos no sentido de serem libertados os estudantes que ainda estão presos em Portugal e permitida a saída daqueles que tiverem suas matriculas canceladas, a fim de que num país livre possam continuar seus estudos e serem uteis à humanidade ».

Dirijam seus protestos às Embaixadas ou Consulados de Portugal em seus respectivos países e cidades. E se possível, diretamente ao presidente da Republica, em Lisboa. O sacrificio de nossos colegas imolados em holocausto à liberdade será vão, se nós, portugueses que podemos protestar, não aceitarmos o repto da ditadura e nos lançarmos à luta pela construção de um Portugal livre, digno e humano ».

# Decomposição salazarista

A hora de fecharmos, foi divulgada a notícia da ultima remodelação ministerial do governo de Salazar.

Comentaremos no proximo numero esta nova substituição dos SECRETARIOS GOVERNAMENTAIS do ditador português, que foi completada pela demissão do governador-geral de Moçambique (Almirante Sarmiento Rodrigues) e, pouco tempo antes, pela da do governador-geral de Angola (General Venâncio Deslandes). Mas não que remos deixar de dizer desde já que as ultimas substituições de altos dignatários do regime, ministros ou não, que se processam em ritmo cada vez mais acelerado, traduz acima de tudo, a decomposição gradativa do regime que, se é certo que não levará de per si à instauração da Democracia em Portugal, se apresenta hoje como verdadeiramente irreversível.

## « A Paz em Angola »

O jornalista John Dickie, do insuspeito DAILY MAIL de Londres, depois de uma longa permanência em Angola publicou recentemente uma reportagem em que deu conta aos seus leitores, de acordo com tudo o que viu e ouviu IN LOCO, do estado de espirito da população europeia da colônia a qual se encontra, na sua grande maioria, empenhada também na obtenção da autodeterminação e independência, para o que está disposta a negociar com os nacionalistas o caminho para uma comunidade de angolanos negros e brancos.

J. Dickie falou, inclusive, com alguns oficiais portugueses que admitiram que « ninguém poderá parar a corrida para a independência ».

Com efeito e segundo ainda o reporter, os guerrilheiros estão agora muito melhor organizados e mostram-se capazes de defrontar, nesta guerra frente de batalha os 38.000 soldados portugueses. Melhor equipados do que dantes e atuando em grupos de cerca de dez, os guerrilheiros não dão sossego às tropas de Lisboa.

J. Dickie refere, por fim, ter ouvido ao ten. cel. José Bettencourt Rodrigues, em Luanda, a confissão de que as suas tropas estão usando bombas de napalm contra os rebeldes.

# Pedidas sanções contra Portugal na ONU

NOVA YORK (Do Correspondente) — Não obstante os esforços desenvolvidos nos bastidores pelos representantes de certas potências que insistem em apoiar e financiar o fascismo português, a Assembleia Geral da ONU acolheu favoravelmente o informe sobre as colônias portuguesas elaborado pela Comissão Anticolonialista, de que fazem parte 17 nações africanas asiáticas e latino-americanas. De acordo com as conclusões do documento, a Assembleia Geral deve dirigir-se ao governo de Lisboa instando-o a cessar imediatamente todas as medidas de repressão em Angola e a promover o acesso à independência de todas as suas colônias. Sugere ainda o informe que sejam aplicadas sanções a Portugal no caso de o governo de Salazar se recusar a atender os repetidos apelos da ONU. Não é crível, entretanto, que essa proposta obtenha a maioria de dois terços indispensável à sua transformação em medidas práticas.

## Serviço informativo da UOP

A Unidade Democrática Portuguesa iniciou a publicação de um Serviço Informativo, destinado a veicular no Brasil e internacionalmente as notícias mais relevantes referentes à luta de libertação do povo português.

Estê serviço, que será quinzenal, já nos primeiros dias do corrente mês foi distribuído aos mais importantes jornais brasileiros e do exterior, assim como às agências noticiosas internacionais.

Numerosos jornais deste país, assim como a rádio e televisão, noticiaram largamente a criação do Serviço Informativo da UDP.

# Degradação...

Continuação da pag. 3)

rupções, roubos, fraudes e favoritismos, que embora calados pela censura se tornam conhecidos, fazendo o descrédito da organização corporativa e, consequentemente, do regime político em que assenta. Mas de fato dominam a maquina economica do país e constituem uma força politica que é a propria essencia do ESTADO NOVO SALAZARISTA. Por isso defendendo os seus privilegios a sua burocracia politico-administrativa ligada pelos laços do crime às clientelas corruptas do aparelho do Estado se opôs com êxito à transferência das suas funções economicas para as corporações.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL

Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

Adolfo Casais Monteiro, Fernando Correia da Silva, Fernando Lemos, Jorge de Sena, Manuel Sertório, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura.

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Praça 11 de Junho, 356 — Telefone: 43-5110

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Av. Dantas Barreto, 564 - 9.ª sala 908

CURITIBA — A. Ferrer — Rua João Pessoa - 67

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Almeida Av. Visconde de Caupe, 2.853 Fortaleza — Ceará

CAXIAS: Manuel da Costa (Maneca) — Caixa Postal, 114 — Caxias (Estado do Rio)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 390 — sala 304 — Caixa Postal 24 — Belo Horizonte — (Minas Gerais)

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro 312 — Pelotas Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho — Av. Sete, nº 1 — Edifício Sulacap, 215 — Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontário — Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

ARGENTINA — Manuel Lopes — Benito Perez Galdos, 222 — Buenos Aires

URUGUAI — Agrupação de Portugueses Democratas — Colônia 1.013 — P. 7 — Montevideo

CHECOSLOVÁQUIA: Manuel Nunes — Konevova, 160 — Ziskov — Praha —

UNIÃO SUL-AFRICANA: J. Sarmiento — P. O. Box 3314 — Johannesburg.

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Numero avulso: Cr\$ 10,00  
Assinatura anual: Cr\$ 300,00  
Assinatura especial: Cr\$ 500,00  
Ass. p/ o Exterior: US \$ 5,00

Ano VII - N.º 67 - Dez. 1962

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.



# Três advogados estrangeiros assistiram ao julgamento no Tribunal do Porto

PORTO (Do correspondente) — Sob a presidência do desembargador Cunha Ferreira, ladeado pelos corregedores Valente Leal e Azevedo Campos, iniciou-se nesta cidade, na manhã de 29 de outubro, o julgamento dos doze patriotas acusados de serem dirigentes da Junta Patriótica da Juventude Democrática do Porto ou, simplesmente, membros das JAPs.

É a seguinte a lista dos reus: Virginia de Faria Moura, 46 anos, engenheira civil; Antonio Lobão Vital, 50 anos, arquiteto; Joaquim Vitor de Sá, 40 anos, escritor e economista; Manuel Guedes Pinheiro, 58 anos, médico; João Xavier Ferreira Junior, 61 anos, comerciante; Fernando Ferreira da Costa, 35 anos, escritor e economista; Jorge le Goullon Constante Pereira, 21 anos, estudante; Francisco Eduardo Cordeiro, 20 anos, estudante; Fernando Pinto Seixas, 27 anos, estudante; Luis de Seixas Pereira Alves, 24 anos, bancário; Alfredo Coelho de Magalhães, 42 anos, arquiteto; Alberto da Silva Andrade, 34 anos, bancário.

Os advogados de defesa que intervêm no processo são os drs. Antonio de Macedo, Coelho dos Santos, Raul de Castro, Luis Casero, João Meneres Campos, Mário Cal Brandão, Lino Lima e Montalvão Machado. O acusador Público é o conhecido esbirro sa-

lazarista Meneses Falcão, delegado do procurador da República.

Contrariamente ao que aconteceu em relação a julgamentos de presos políticos realizados anteriormente pelos Tribunais Plenários, o governo fascista, sob pressão de uma campanha internacional, não pôde desta vez impedir a presença de observadores estrangeiros.

Nada menos de três juristas estrangeiros acompanharam os trabalhos do Tribunal: o dr. Claude Bueureux, representando a Associação Internacional de Juristas, e os drs. Ian Payne e Sival Palmeira, representando respectivamente os advogados da Grã-Bretanha e do Brasil. A PIDE, tentou, entretanto, à última hora, opor-se à presença do jurista brasileiro, criando-lhe uma série de dificuldades burocráticas no próprio aeroporto de Lisboa, à sua chegada a Portugal. Invocando a sua dupla qualidade de advogado e de deputado, o dr. Sival Palmeira protestou com tanta energia que as autori-

dades portuguesas, amedrontadas com a possibilidade de um escândalo internacional, acabaram por transigir, autorizando a entrada no País do observador brasileiro.

Logo na primeira sessão se verificou em diversos ensejos que o presidente do Tribunal não era insensível à presença na sala dos juristas estrangeiros. Contudo, na sua preocupação de os impressionar quanto à lisura dos processos da "justiça" salazarista, apenas conseguiu tornar ainda mais nítida a atmosfera de farsa legal. Pelo seu lado, o delegado do procurador da República levou os seus "escrupulos", durante a inquirição do estudante Constante Pereira, a tais extremos que certas pessoas, na sala, não puderam reprimir risos. Fingindo ignorar as torturas e vexames infligidos nas prisões portuguesas pelos cerberos policiais de Salazar, mostrou-se o sr. Meneses Falcão muito interessado em saber o que era "essa coisa da estatua", alegando ter ouvido falar muito do assunto, mas por alto... O estudante Constante Pereira não se fez aliás, rogado e explicou pormenorizadamente a natureza dos métodos de terror policial postos em prática pela PIDE.

Não cabe nesta breve correspondência fazer o relato dos debates travados no Tribunal, sendo, entretanto, de salientar que Portugal inteiro acompanha a marcha do julgamento com o mais vivo interesse recendo que a "prisão perpétua" seja imposta aos réus.

No dia 5 de novembro, quando o dr. Ferreira da Costa foi, pela primeira vez chamado a depor, exprimiu-se com tal desassombro e coragem que o juiz presidente lhe retirou a palavra, com o argumento de que "não estava num comício político". O depoimento do conhecido democrata prosseguiu mais tarde e foi nos dias seguintes tema obrigatório de comentários em toda a cidade.

O comportamento dos acusados perante o Tribunal foi bastante digno, embora alguns se encontrem em precário estado de saúde, como é o caso do arquiteto Lobão Vital que não consegue sequer manter-se de pé. Entre as sessenta testemunhas de defesa ouvidas, figuram as mais destacadas personalidades dos meios intelectuais do Norte do País e quatro padres, inclusive o conego Abel Varzim. Sobre a sala do Tribunal fascista, para desde a primeira audiência, espectro da aplicação de "Medidas de Segurança" a alguns dos acusados.

## LIDA NO TRIBUNAL CARTA DA UDP

Com grande surpresa de todos os presentes, o presidente do Tribunal leu durante uma das audiências — declarando que o documento ficaria anexado aos autos — uma carta que recebera da Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa. Essa carta, vinda de São Paulo, e datada de 23 de outubro, é do seguinte teor: Presidente do Tribunal Criminal Pleno do PORTO Exmo. Sr.:

Em nome de milhares de portugueses radicados nesta cidade e que foram levados a expatriar-se ou por perseguições políticas da ditadura salazarista ou pela impossibilidade de alcançarem na Patria o mínimo de bem-estar económico e de segurança a que todos têm direito, solicitamos a V. Exa. a absolvição dos nossos companheiros eng. Virginia Moura, Arq. Lobão Vital, Dr. Victor de Sá, Dr. Fernando Ferreira da Costa, Dr. Guedes Pinheiro, José Gonçalves Soares Dias, Arq. Coelho de Magalhães, Dr. Ribeiro da Silva, Alberto Andrade, João Ferreira Jr., Joaquim Felgueiras, Jorge Costante Pereira, Francisco Cordeiro, Fernando Seixas e Luis Ferreira Alves.

Asseguramos a V. Exa., por outro lado, que a eventual condenação destes patriotas portugueses por mero delito político, especialmente se houver lugar à aplicação das execrandas medidas de segurança, será interpretada pela opinião pública deste país livre como um inqualificável atropelo dos direitos do Homem e uma pro-

va de manifesta subserviência da magistratura portuguesa aos desígnios desumanos do governo policial.

Subscrevemo-nos de V. Exa. atenciosamente

A Comissão Executiva da U.D.P.

## VEEMENTE APELO DOS ESCRITORES BRASILEIROS

Numerosas entidades brasileiras escreveram ao presidente do Tribunal manifestando a sua preocupação pela sorte reservada aos acusados. Na impossibilidade de reproduzirmos todas essas mensagens, transcrevemos abaixo o texto de uma das mais expressivas: o apelo da União Brasileira de Escritores. El-lo:

"A União Brasileira de Escritores de São Paulo, tendo conhecimento de que 15 cidadãos portugueses, entre os quais nossos companheiros de profissão, os Drs. Victor de Sá e Ferreira da Costa, estão sendo julgados por esse Tribunal, acusados de atividades contrárias ao regime político vigente em Portugal e, portanto, ameaçados de longos anos de prisão, vê-se na contingência de se dirigir à V. Exa. para solicitar não transgrida o referido julgamento os ditames de Justiça habitualmente observados em todos os países onde impera a civilização.

Pelas informações que temos, os opositoristas levados à barra desse Tribunal outra coisa não são senão patriotas respeitáveis, dignos de um tratamento consentâneo com o seu alto valor moral e intelectual, razão porque ousamos interceder em seu favor, em nome de toda uma comunidade de escritores, jornalistas e universitários de um país irmão que espera vê-los não apenas absolvidos, mas usufruindo de completa liberdade. Confiando em que V. Exa. dará conhecimento do teor deste apelo aos demais membros do Tribunal de que é Presidente, apresentamos os nossos protestos de elevada consideração.

Atenciosamente  
MARCOS REY  
Vice-presidente em exercício

## PROTESTOS EM RECIFE

Não foi apenas em São Paulo e no Rio de Janeiro que o julgamento dos doze patriotas portugueses pelo Tribunal Pleno do Porto foi acompanhado com viva emoção pela opinião pública. Em quase todas as grandes cidades brasileiras, os jornais inseriram manifestos de intelectuais, de estudantes e de entidades de classe, protestando contra a farsa montada pela ditadura fascista de Lisboa e denunciando o perigo que ameaça os acusados.

Em Recife, o "Jornal do Comércio", sob o título CONTRA A PRISÃO PERPETUA EM PORTUGAL, publicou o manifesto que, a seguir transcrevemos:

"Os abaixo assinados, tomando conhecimento de que muitos cidadãos portugueses, entre os quais figuram engenheira Virginia Moura, arquiteto Lobão Vital, médico Guedes Pinheiro, operário Soares Dias, advogado Ribeiro da Silva, escritor Vitor Sá, comerciante João Xavier, estudante Constante Pereira, economista Ferreira da Costa, bancário Alberto Andrade, estão sendo submetidos a processo pelo governo português, em virtude de lutarem pelas liberdades democráticas e pela liquidação do colonialismo salazarista, vêm manifestar aos referidos presos políticos a mais irrestrita solidariedade, bem como a sua energia e firme condenação a esses grosseiros atentados aos Direitos do Homem e aos princípios inscritos na Carta das Nações Unidas.

Depois de passar pelos vexames e torturas da PIDE, os profissionais liberais, operários e estudantes acima referidos se encontram, neste momento, sob a ameaça da aplicação das conhecidas "medidas de segurança" do governo português, que, no arduo ordenamento "jurídico" do salazarismo, equivalem à PRISÃO PERPETUA, desde que podem ser prorrogadas indefinidamente.

Identificados na luta pela defesa das liberdades humanas e pela

condenação aos processos do colonialismo, os que assinam o presente Manifesto, cidadãos brasileiros e portugueses, das mais diversas correntes do pensamento, reclamam a imediata libertação dos aludidos presos políticos, cujas lutas e sacrifícios em favor da democracia os credenciam ao respeito dos homens de bem das duas Nações Irmãs."

Seguia-se cerca de uma milhar de assinaturas incluindo os nomes mais representativos da vida política, universitária, literária, jornalística, sindical e estudantil do Estado de Pernambuco.

Por outro lado, os alunos da Faculdade de Direito de Recife divulgaram também um manifesto de teor semelhante, hipotecando inteira solidariedade aos acusados do Porto e reclamando a sua libertação.

## MANIFESTAM-SE OS PROFS. RUY GOMES E JOSÉ MORGADO

Tomando posição em face da grave ameaça que impende sobre os democratas submetidos a julgamento, os profs. Ruy Gomes e José Morgado, da Universidade de Pernambuco, fizeram publicar na imprensa copia de uma carta que enviaram ao dr. Antonio Macedo, advogado da eng. Virginia Moura. Nesse documento, os dois eminentes mestres afirmam a sua absoluta solidariedade aos patriotas arrastados ao Tribunal do Porto, denunciando com veemência a formula da prisão perpétua camuflada pelas famigeradas "medidas de segurança" e citam algumas das muitas manifestações de protesto registradas no Brasil contra o atual "julgamento".

"Os nossos amigos — dizem no final da carta — estão sendo julgados num momento em que o regime Salazarista está universalmente condenado. Estão sendo julgados no momento em que se realiza o Concílio Ecumênico que, hoje na sua primeira declaração oficial, proclamou "não há homem que não deteste a guerra e não deseje a paz ardentemente": "todos os homens são irmãos, não importa a que raça ou nação pertençam".

Por tudo isto, queremos ainda acreditar que o Tribunal Pleno do Porto se recuse a subscrever as acusações feitas pela PIDE e restitua os nossos Amigos à Liberdade.

## Ultima Hora

# Em liberdade todos os réus

PORTO, (Do Correspondente) — O Tribunal Pleno lavrou oito condenações e quatro absolvições, mas todos os democratas julgados saíram em liberdade, uns por desconto do tempo de prisão, outros com a pena substituída por multa. A opinião pública portuense atribui a grande vitória alcançada com a libertação daqueles patriotas tanto à dignidade e coragem com que eles se comportaram perante o Tribunal como às dificuldades criadas à justiça fascista pelo interesse mundial despertado pelo julgamento.

PORTUGAL, DEMOCRÁTICO  
R. Com. Futuro, 191, C.P. 4469 — SP, Brasil  
Endereços de Assinantes

## EM LISBOA

# Prisão perpétua para líderes operários

A onda de terror desencadeada em Portugal pelo fascismo moribundo acentuou-se nas últimas semanas. Não é apenas a PIDE que volta à "linha dura", espancando e torturando os presos como nos piores tempos da década de quarenta. A repressão estende-se a todos os setores do aparelho de Estado fascista e, principalmente ao da "Justiça". Os tribunais plenários, obedecendo a instruções do governo, põem de lado a benignidade aparente da época em que Salazar estava interessado em impressionar a opinião pública internacional e adaptam uma severidade que se traduz em penas rigorosíssimas. O que importa, acima de tudo, é que a máquina do medo volte a funcionar como nos velhos tempos...

## OCTAVIO PATO CONDENADO A PRISÃO PERPETUA

LISBOA (Do correspondente) — O Tribunal Pleno de Lisboa condenou Octavio Pato a oito anos de prisão e Albina Fernandes a três anos. O julgamento foi acompanhado com interesse e emoção pela opinião pública, o que foi facilitado pela publicidade dada pelo governo a todo o caso, pelo facto de Octavio Pato ser um destacado dirigente do Partido Comunista Português.

Trata-se de um patriota cujo passado é todo ele um exemplo de tenacidade e coragem na luta pela libertação do povo português. Natural de Vila Franca de Xira, principiou, muito moço ainda, a exercer um trabalho preponderante de esclarecimento no seio das coletividades locais. Em 1943 aderiu ao Partido Comunista e foi integrado no Comité daquela vila ribatejana. Logo no ano seguinte, desempenhou um papel importante na organização das greves de 8 e 9 de Maio, tendo participado como dirigente da Comissão de solidariedade aos trabalhadores presos na sequência do movimento. Em 1945, organizou as manifestações realizadas em Vila Franca contra o fascismo, por ocasião do final da guerra. Em 1946, já como funcionário do Partido, assistiu ao seu IV Congresso e foi nomeado diretor da Juventude.

Membro da Comissão Central há mais de 12 anos e lutando, há 15

na clandestinidade, Octavio Pato é também membro da Comissão Política e do Secretariado. Preso pela primeira vez em dezembro de 1961, foi barbaramente espancado durante 11 dias consecutivos. Impedido de dormir durante todo esse tempo, desmaiou várias vezes durante os interrogatórios devido ao estado de extrema fraqueza a que chegara. As torturas morais e físicas a que foi submetido em nenhum momento conseguiram quebrar o seu animo de grande combatente da liberdade.

Não pôde o Tribunal Pleno evitar que esses e outros fatos viessem a público durante as audiências do julgamento. Quando sua mãe o visitou na prisão e chorou, emocionada ao ver o estado a que o haviam reduzido os esbirros da PIDE, Octavio Pato limitou-se a dizer: "A Polícia pode entregar-lhe um cadáver a mais, mas nunca um traidor!"

É desta tempera o patriota que os tribunais de Salazar acabam de condenar a oito anos. Na realidade, a pena equivale a prisão perpétua, pois a corte de justiça fascista aplicou-lhe as famigeradas "medidas de segurança".

Octavio Pato tem 37 anos.

## O "JULGAMENTO" DE JULIO MARTINS E NATALIA DAVID

Outro julgamento que terminou pela aplicação de "medidas de segurança" foi o do engenheiro-agronomo Julio da Silva Martins, de 36 anos, e de sua mulher Natalia David Campos, de 37 anos. A acusação montada contra esses dois patriotas é elucidativa dos métodos da justiça salazarista. O "crime" pelo qual responderam limitase à sua condição de comunistas que confirmaram no Tribunal. O eng. Julio Martins foi condenado a oito anos de prisão e sua mulher a três. O Tribunal pronunciou, contudo, a aplicação de medidas de segurança a ambos por períodos renováveis de seis a trinta e seis meses, bem como a perda de direitos políticos por 15 anos. A incrível severidade da sentença é tanto mais surpreendente quanto assistiu ao julgamento, como observador o advogado inglês Audrey Sander, representando o "Movimento Internacional pela Libertação de Opinião".